



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Ariadine Fernandes Collpy Bruno

**A PAISAGEM DA CIDADE DE PEREIRA BARRETO/SP VISTA A PARTIR
DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO RIO TIETÊ**

BAURU

2019

Ariadine Fernandes Collpy Bruno

**A PAISAGEM DA CIDADE DE PEREIRA BARRETO/SP VISTA A PARTIR
DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO RIO TIETÊ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Norma Regina Truppel Constantino

BAURU

2019

Bruno, Ariadine Fernandes Collpy.

A paisagem da cidade de Pereira Barreto/SP vista a partir das transformações ocorridas no rio Tietê / Ariadine Fernandes Collpy Bruno, 2019

112 p. : tabs., fotos, mapas.

Orientadora: Norma Regina Truppel Constantino

Dissertação (Mestrado)—Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019

1. Alterações na paisagem urbana. 2 resiliência..
3.vulnerabilidade. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ARIADINE FERNANDES COLLPY BRUNO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2019, às 10:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof^ª. Dr^ª. NORMA REGINA TRUPPEL CONSTANTINO - Orientador(a) do(a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof^ª. Dr^ª. MARTA ENOKIBARA do(a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof^ª. Dr^ª. RENATA BOVO PERES do(a) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais / UFSCAR/São Carlos, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ARIADINE FERNANDES COLLPY BRUNO, intitulada **A PAISAGEM DA CIDADE DE PEREIRA BARRETO/SP VISTA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO RIO TIETÊ**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof^ª. Dr^ª. NORMA REGINA TRUPPEL CONSTANTINO *Norma Regina Truppel Constantino*

Prof^ª. Dr^ª. MARTA ENOKIBARA *Marta Enokibara*

Prof^ª. Dr^ª. RENATA BOVO PERES *Renata Bovo Peres*

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos aqueles, que inquietos, por natureza como eu, insistem em investigar os porquês de todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado forças para prosseguir em todos os momentos dessa trajetória.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Norma R. T. Constantino que com paciência e sabedoria me conduziu pelos caminhos da pesquisa.

A todos os professores e funcionários do PPGARQ da UNESP – Campus Bauru, por estarem sempre dispostos a contribuir com as informações necessárias ao o meu desenvolvimento.

Aos meus pais Ricardo e Nilza, que mesmo de longe sempre me incentivaram a ter coragem para prosseguir.

Ao meu marido Alexandre e filhos Pietro e Franccesco, pois vocês presenciaram todas as etapas desse trabalho e sempre estiveram ao meu lado.

“Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança”

Stephen Hawking

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Eixos de abordagem teórica.....	11
Objetivos.....	12
Materiais e métodos.....	13
CAPÍTULO 1: A IMIGRAÇÃO JAPONESA	23
1.1. Imigração japonesa para o oeste do estado de São Paulo/Fazenda Tietê	32
1.2. A Cidade de Pereira Barreto.....	39
1.3. Cronologia Histórica.....	50
CAPÍTULO 2: A PAISAGEM DA CIDADE DE PEREIRA BARRETO.....	55
2.1. Análise da paisagem.....	57
CAPÍTULO 3: FATOS E MEMÓRIAS.....	84
3.1. Análise dos estudos sobre os impactos ao meio ambiente (fatos)	90
3.2. Memórias.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS.....	104
ANEXO.....	109
APÊNDICE.....	111

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise da construção da paisagem tendo como base a chegada de imigrantes japoneses no Oeste paulista em meados de 1930, na região onde hoje é a cidade de Pereira Barreto (SP) e a reformulação total da paisagem por conta da inundação gerada pelo represamento das águas do rio Tietê, para o funcionamento da hidrelétrica Três Irmãos e abastecimento hídrico da represa de Ilha Solteira (SP), para geração de energia e funcionamento das turbinas da mesma. O objetivo geral deste trabalho é analisar a transformação da paisagem urbana através do aumento do nível das águas do rio Tietê e sua infraestrutura para a viabilização das turbinas da hidrelétrica de Ilha Solteira, no período de estiagem. Os dois reservatórios levando em conta suas especificidades, seriam interligados por um canal, o canal Deoclécio Bispo dos Santos construído na década de 80 e que ainda é considerado o maior canal da América Latina. Este canal é popularmente conhecido como canal Pereira Barreto. A metodologia de trabalho, compreende mapeamentos, pesquisas documentais, levantamentos bibliográficos e entrevistas no Museu da Cultura Japonesa da cidade de Pereira Barreto. Como procedimento metodológico foram utilizadas as portas da paisagem de Jean-Marc Besse, indicando as possíveis chaves para a leitura e compreensão da paisagem estudada. Esta leitura serviu de embasamento para a análise da reconstrução da paisagem local, as condições de resiliência, vulnerabilidade e adaptação da população, considerando as alterações sofridas pela paisagem urbana, levando em conta os sujeitos, as escalas e a temporalidade.

PALAVRAS-CHAVE: alterações da paisagem urbana, resiliência, vulnerabilidade

ABSTRACT

The present research presents an analysis of the construction of the landscape based on the arrival of Japanese immigrants in the west of São Paulo in the mid 1930s, in the region where today is the city of Pereira Barreto (SP) and the total reformulation of the landscape due to the flood generated by damming the waters of the Tietê river, for the operation of the Três Irmãos hydroelectric plant and water supply for the Ilha Solteira dam (SP), for the generation of energy and turbine operation. The general objective of this work is to analyze the transformation of the urban landscape by increasing the level of the Tietê river and its infrastructure for the viability of the turbines of the Ilha Solteira hydroelectric dam during the dry season. The two reservoirs, taking into account their specificities, would be interconnected by one channel, the Deoclécio Bispo dos Santos channel, built in the 1980s and still considered the largest channel in Latin America. This channel is popularly known as the Pereira Barreto channel. The work methodology includes mappings, documentary surveys, bibliographical surveys and interviews at the Museum of Japanese Culture of the city of Pereira Barreto. It will be used as methodological procedure the doors of the landscape of Jean-Marc Besse, indicating the possible keys for the reading and understanding of the studied landscape. This reading will serve as a basis for analysis of the reconstruction of the local landscape, the conditions of resilience, vulnerability and adaptation of the population, considering the changes suffered by the urban landscape.

KEYWORDS: changes in urban landscape, resilience, vulnerability

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de um ponto de vista diferenciado em relação às alterações sofridas pela paisagem das margens do Rio Tietê, em direção ao Oeste Paulista. O percurso do Rio, suas margens, o caminho dos desbravadores e exploradores que deixaram marcas intrínsecas e que serão analisadas de acordo com as cinco portas de análise da paisagem (BESSE, 2014), utilizando como base outros importantes autores, como Corrêa (2008), Ohtake (1991) e Monbeig (1984). Para isso, é defendida aqui uma prática de pesquisa que venha diagnosticar e analisar essas constantes alterações na paisagem, principalmente das margens, mantendo um paralelo claro entre importantes fatos históricos e seus reflexos junto ao Rio Tietê. Os procedimentos metodológicos compreenderam o levantamento bibliográfico sobre a história da formação da cidade (IGI, 1978; KAYAMA, 1995), levantamento fotográfico, análises do percurso do Rio, suas margens e contornos. Através das portas sugeridas por Besse (2014) analisando a paisagem como uma representação cultural; como um território produzido pelas sociedades em sua história; como um complexo sistêmico (articulando elementos naturais e culturais); como um espaço de experiências sensíveis; e também como um contexto de projeto. A pesquisa documental foi realizada nos arquivos municipais, incluindo legislação, planos e projetos, além de uma sistematização de dados coletados e a confecção de mapas e tabelas. A observação, diagnóstico e interpretação quantitativa e qualitativa desses contornos das paisagens serão responsáveis pela leitura dos espaços, pelo entendimento de seu uso, ocupação, degradação, percepção e constatação dos impactos socioambientais decorrentes, por um lado referentes ao crescimento e desenvolvimento da cidade e por outro, a tomada de consciência da gravidade dos problemas causados por esse “desenvolvimento”. Uma visão inversa, um olhar de espera, uma expectativa de parceria em um relacionamento recente, versus a idade cronológica do Rio.

Eixos de abordagem teórica

Fontes primárias utilizadas nesta pesquisa:

Iconográficas:

- Pinturas-e fotografias

Documentais:

- Atas e relatórios da Comissão Geográfica e Geológica de 1905, da CETESB de 1997
- Jornais
- Revistas
- Depoimentos

Cartográfica:

- Mapas
- Plantas
- Projetos de análise de impacto ambiental

Fontes secundárias utilizadas na pesquisa:

- Bibliografia (artigos, livros, reportagens, dados técnicos da CGG/1905, da CETESB 1997)

Objetivos

O objetivo principal é compreender e analisar as alterações da paisagem de Pereira Barreto, a partir das transformações ocorridas no rio Tietê de 1930 a 1990, juntamente com fatos históricos de grande relevância no decorrer de todo século XX.

Entre os objetivos secundários foram elencados quatro momentos específicos de análise durante todo o período na linha do tempo, onde foram utilizados métodos diferenciados para a obtenção dos resultados. Nesse sentido, buscou-se compreender em primeiro lugar o processo histórico de ocupação da cidade verificando as influências diretas do rio Tietê na paisagem da cidade ribeirinha – Pereira Barreto - inserida na bacia do Baixo Tietê, até como a administração pública vem atuando durante as mudanças ocorridas (alagamento de áreas agricultáveis, com a construção da hidrelétrica e do canal) e analisando os projetos que estão em andamento ou serão desenvolvidos para as áreas de influência direta do rio, além da relação dos habitantes da cidade com o Rio Tietê.

De 1880 à 1905, foi analisado o processo de chegada dos imigrantes japoneses e os trabalhos da CGG- Comissão Geográfica e Geológica, no compromisso com todo o levantamento e mapeamento da região oeste do Estado de São Paulo.

Para 1938, foram analisadas desde a formação do município até a afirmação das tradições culturais dos imigrantes.

Em 1980 se dá o início da construção da Hidrelétrica de Três Irmãos, porém a mesma ainda não possuía nenhum tipo de estudo de impacto ambiental. Esses estudos foram realizados pela CESP no início de 1986, período em que as obras da hidrelétrica estavam parcialmente concluídas.

De 1990 em diante a cidade passa a ser considerada uma Estância Turística, pois se torna uma ilha fluvial, com a formação da represa a partir das águas do rio Tietê.

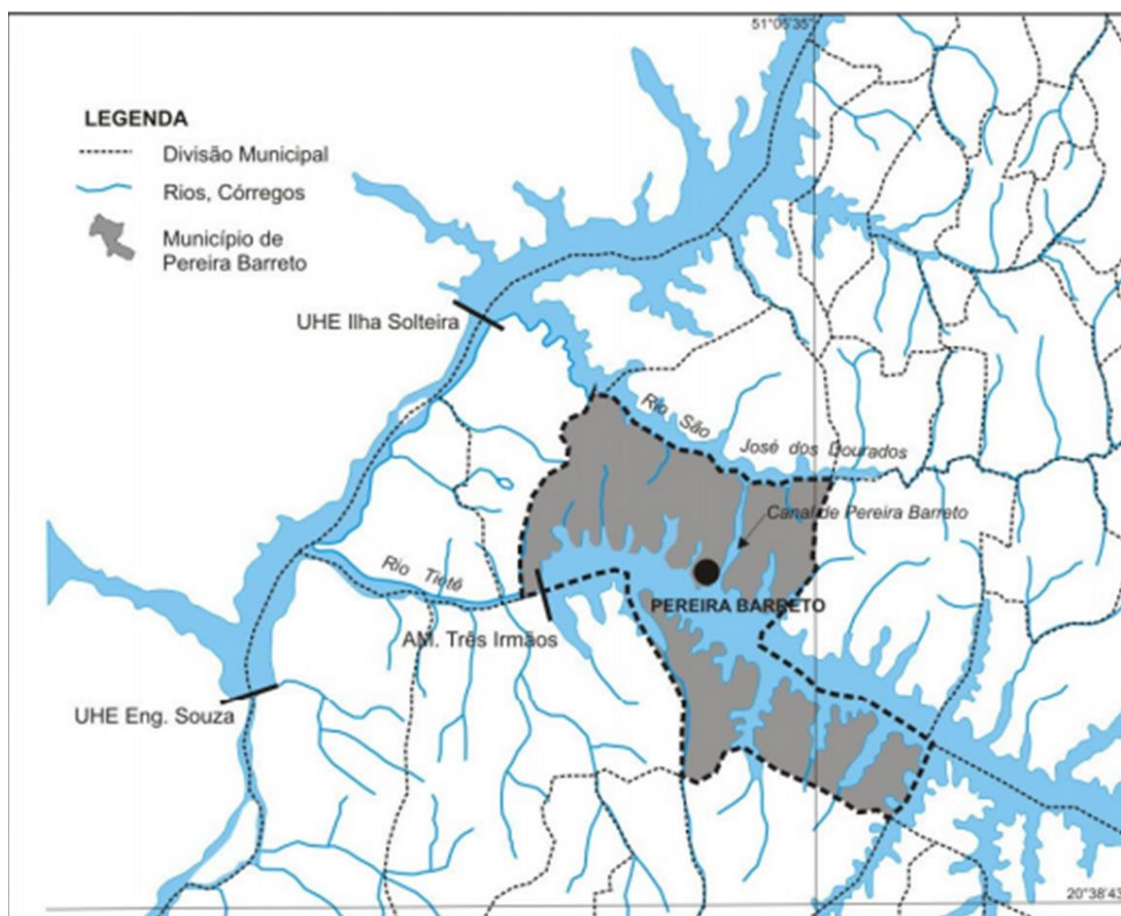
Num segundo momento, foram realizadas entrevistas com 31 pessoas para formular análises junto ao poder público (5), aos agricultores (8), comércio local (6) e representantes da sociedade local (3), se fizeram necessárias para que fosse entendida a posição desses grupos frente às alterações ocorridas. A pesquisa levou à identificação de projetos que foram propostos, porém não executados para as áreas afetadas com as alterações do rio Tietê. E, num quarto momento, buscou-se identificar a relação entre os habitantes da cidade e o rio Tietê, novamente por meio de entrevistas (9).

Materiais e métodos

Para dar início à pesquisa foram utilizadas fontes de informações primárias, que são, em sua maioria, documentos coletados em arquivos públicos e particulares, museus, bibliotecas, universidades e prefeituras. Como recorte temporal, optou-se pela primeira metade do século XX, que se refere à chegada dos primeiros japoneses para a colonização da atual região de Pereira Barreto/SP e a segunda metade do séc. XX, contemplando as interferências causadas pelo redesenho da cidade devido à criação da Usina Três Irmãos, e o canal Pereira Barreto. Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas com moradores da cidade, com os funcionários do complexo da Usina e com memorialistas, com a finalidade de analisar a paisagem antes, e a partir das modificações sofridas pelo redesenho da área habitável da cidade e consecutivamente das margens do rio Tietê.

Foram utilizadas fontes de informações secundárias, pertinentes ao tema, que tratam da descaracterização da cidade de Pereira Barreto, com suas terras alagadas para a formação da represa que abasteceria a Usina Hidrelétrica Três Irmãos e faria a ligação da água represada com o reservatório da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, através de um canal artificial, o Canal Pereira Barreto, conforme a ilustração:

Figura 1: Canal Pereira Barreto



Fonte: GONÇALVES, 2009, p. 25

A pesquisa foi baseada em artigos, reportagens, dados técnicos da CESP contidos nos estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA) de janeiro de 1990, da CETESB (1997) e em livros.

Vale a pena lembrar que um mesmo elemento documental pode estar classificado como fonte primária ou secundária, dependendo do enfoque da






pesquisa. Neste caso, foram selecionados os elementos documentais específicos à pesquisa em questão.


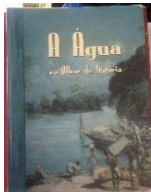

Para cada momento de pesquisa foram utilizados procedimentos metodológicos específicos, bem como análise da cartografia existente , imagens aéreas, entrevistas e leituras de projetos


A pesquisa, ainda utilizou fontes documentais e bibliográficas. Conforme explica Sá-Silva et al. (2009):

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ-SILVA et al., 2009, p.06)

Tabela 1: Relação entre as fontes a serem utilizadas, localização e observações

FONTES	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES	EXEMPLOS
<p>Dados técnicos CGG e CETESB</p>	<p>-Acervo particular -Prefeitura, Biblioteca Municipal, Museu Municipal e cartório de imóveis da cidade de Pereira Barreto/SP</p>	<p>EIA-RIMA cedida pelo Jornalista João Perlez, responsável pelo acervo histórico da cidade.</p>	 <p>Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo. Exploração do Rio Tietê. 1905/ 3ª edição 1990.</p>
<p>Mapas</p>	<p>-Acervos particulares e públicos -Departamento Hidroviário do Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Logística e transportes</p>	<p>Estudo de viabilidade de áreas navegáveis</p>	 <p>Mapa Hidroviário do Estado de São Paulo, 2014</p>   <p>Detalhe da hidrovia Tietê-Paraná</p>
<p>Encarte complementar de revista</p>	<p>Acervos particulares e públicos</p>	<p>Edição especial da revista Horizonte, 2015</p>	

			Encarte revista Horizonte, Edição sobre Hidrovias 2015
Bibliografia (livros, artigos, reportagens, dados técnicos)	Acervo particular Biblioteca UNESP- Bauru, Biblioteca UNIP- Araçatuba		  
	Biblioteca UNISALESIANO – Araçatuba		
	BibliotecaDigitalUNICAMP (http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/list.php?tid=7) Plataforma Scielo		
Revistas	Revista Horizonte nº 12, 2015/Cultura Patrimonial/ AES Tietê		
Reportagem	Prefeitura Municipal da cidade de Pereira Barreto	Matéria sobre a influência do Rio Tietê na paisagem da cidade de Pereira Barreto e as interferências da cidade na paisagem do Rio	

Fotografias	Prefeitura Municipal da cidade de Pereira Barreto	Antes e depois da Hidrelétrica Três Irmãos e do Canal Pereira Barreto	
--------------------	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O problema de pesquisa está circunscrito dentro de um referencial teórico e investigativo, ou seja, analisa como a comunidade científica aborda o tema em questão. E então, partindo dessa premissa, procedeu-se uma análise documental obtendo informações suficientes para tratar do tema a ser abordado. Assim foi utilizado como critério para seleção, os documentos originais de maior relevância histórica, política, arquitetônica e urbanística.

Cada documento foi avaliado de acordo com o contexto em que foi produzido, para então ser confrontado a outros documentos, possibilitando a interpretação das fontes pois, segundo Bellotto (2008, p. 59), “a circunstância do documento implica tanto a presença de um fato e da vontade de manifestá-lo, quanto a vontade de dar origem ao fato”. Todo documento é produto de um fato ou uma ação, possibilitando o pesquisador extrair informações acerca de um determinado arco temporal.

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio. (PIMENTEL, 2001, p.184)

A seguir foram elencadas justificativas para a escolha de cada fonte utilizada na pesquisa:

Fotografias: Associados a outros tipos de documentos, constituem importantes registros históricos de caráter antropológico, social, cultural. Responsável por “cristalizar” uma ação ou cenário contido em um determinado arco temporal. As

fotografias foram analisadas à partir de relatos fornecidos por moradores locais e comparadas com fotos atuais para averiguação das mudanças.

As fotografias, os mapas, as entrevistas e a bibliografia auxiliaram no entendimento e na confecção de uma cartografia localizadora de pontos importantes para a cidade de Pereira Barreto após o aumento do nível do rio Tietê e a total submersão desses pontos.

Mapas: Os mapas são documentos que retratam locais e espaços geográficos em um período específico. Tem como função neste trabalho, auxiliarem na análise das transformações urbanas ocorridas na cidade estudada, na hierarquização da malha urbana, localização de edifícios e espaços que tenham relação com o tema da pesquisa.

Entrevistas: Relatos orais e de memória de indivíduos que têm profunda ligação com a história da cidade de Pereira Barreto, como por exemplo, moradores, agricultores, pecuaristas e funcionários que trabalharam na construção tanto da hidrelétrica, quanto do canal. As entrevistas serviram como um instrumento de apoio para orientar a análise das demais fontes.

Bibliografia: Levantamento de trabalhos já publicados sobre o assunto (estado da arte) que serviu como referencial teórico em toda a pesquisa, balizando a análise das fontes primárias. Foram utilizados autores como Monbeig (1984) e Corrêa (2008).

Formas de análise da documentação: Nas fontes primárias foram utilizados os métodos de análise documental e análise visual, (salvo as entrevistas e relatos que forneceram informações complementares, dando apoio às demais fontes) em busca de elementos que permitam decifrar e avaliar os documentos (muitos deles históricos) contextualizando-os e extraíndo as informações necessárias de acordo com o objetivo principal desta pesquisa: compreender e analisar as alterações da paisagem da cidade de Pereira Barreto a partir das transformações ocorridas no rio Tietê, através das cinco portas de análise sugeridas por Besse (2014).

Como procedimento metodológico, foi utilizado o método documental descritivo e de associação para as análises bibliográficas referentes ao Rio Tietê e a cidade de Pereira Barreto. Para as análises iconográficas, foi utilizado o método comparativo, com o objetivo de proceder a verificação e constatação das

alterações sofridas pela paisagem mantendo um paralelo entre acontecimentos históricos e seus reflexos junto ao Rio. Também foi utilizado o método exploratório e dedutivo, com entrevistas para coleta de dados com população local.

O primeiro capítulo trata dos fatos históricos referentes à imigração japonesa para o Brasil, mais precisamente para a cidade de Pereira Barreto, onde a partir de 1929, a Sociedade Colonizadora do Brasil-ABRATAC, por intermédio de representantes de províncias japonesas, iniciou tratativas de comercialização de glebas de terras, que segundo Monbeig (1984), eram pertencentes à Fazenda Tietê, localizada no oeste do Estado de São Paulo.

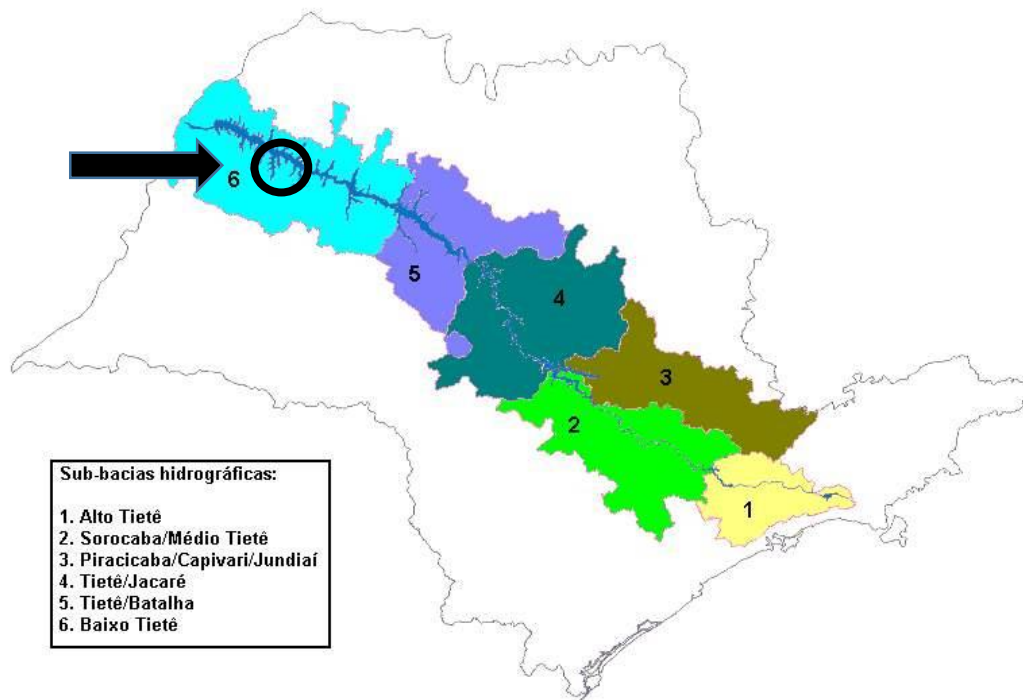
A figura 2, mostra o Estado de São Paulo e a localização do mesmo no país. A figura 3 recorte desse mapa, demonstra a localização da porção de terra utilizada no primeiro projeto urbanístico para a área. A figura 4, apresenta uma foto aérea, gentilmente cedida por um morador da cidade de Pereira Barreto nos dias de hoje. Na figura 5 é possível observar o projeto urbanístico da gleba de 10 alqueires paulistas, onde se encontra a cidade, executado pelo engenheiro japonês Kazuo Nakashima, que seria um dos responsáveis pela instalação e coordenação dos imigrantes japoneses, que chegariam na região.

Figura 2 – Mapa do Estado de São Paulo, com a localização de Pereira Barreto 2010



Fonte: IBGE, 2018

Figura 3 – Mapa das Sub-bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, com intervenção da autora na marcação da localização da cidade de Pereira Barreto, 2019

Figura: 4 - Vista aérea da cidade de Pereira Barreto, banhada pelas águas da represa Três Irmãos, 2011



Fonte: Arquivo pessoal de João Vitor Bertolli , 2019

Figura 5 – Mapa da Fazenda, 1928



Fonte: Museu de Imigração Japonesa de Pereira Barreto, 2018

O segundo capítulo, utilizando as chaves de leitura propostas por Besse (2014), busca analisar a paisagem através de uma porta que se abre para a observação da natureza, primeiramente do ponto de vista morfológico e depois para as transformações antrópicas ocorridas na natureza, com a separação das porções de terras para as famílias de imigrantes, a consolidação da cidade, as modificações que a cidade passou devido à construção da ponte Novo Oriente, a construção da hidrelétrica de Três Irmãos e a inundação de grande parte de terras agropecuárias para a criação da represa que serviria de reservatório para a hidrelétrica, incluindo as experiências envolvendo a adaptação dos habitantes da cidade a uma nova realidade.

O terceiro capítulo apresenta uma análise utilizando mais uma das chaves de leitura de Besse (2014): a paisagem como resultado da atuação de profissionais como arquitetos, engenheiros e paisagistas enfim, a paisagem como projeto. Nesse sentido, busca-se analisar a leitura da paisagem pelos profissionais que chegaram com a hidrelétrica, e quais ações do poder público ocorreram para minimizar o impacto ambiental de uma nova reconstrução, trazendo alterações significativas e reorganizando o meio urbano. Depoimentos de moradores da cidade e conhecedores das etapas de transformação, são apresentados como memória viva da cidade.

CAPÍTULO 1: A IMIGRAÇÃO JAPONESA

A partir dos estudos e pesquisas realizadas por Igi (1978) e Kayama (1995), percebe-se que o interesse do Japão pelo Brasil teve início antes mesmo do início da vinda de japoneses como colonos, pois o primeiro registro de entrada no país data de 1884, com a vinda de um deputado japonês, enviado pelo Ministério do Exterior do Japão com a incumbência de procurar possíveis locais para envio de imigrantes japoneses. Foram quarenta dias de visitas a várias localidades dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, sendo que após análise, o Estado de São Paulo foi escolhido para um eventual envio de imigrantes.

Para Monbeig (1984) não se deve reduzir a marcha para o oeste como um fenômeno local, pois “desde o início, a marcha para o oeste foi um episódio de expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico” (MONBEIG, 1984, p.105).

Em 1895, foi assinado o primeiro tratado de comércio marítimo entre Brasil e Japão, segundo Igi (1978). No mesmo período, o Japão passava por dificuldades para alimentar sua população e no Brasil acontecia o avanço da marcha pioneira nos Estados de São Paulo e Minas Gerais rumo a seus interiores, com o desbravamento de mata nativa a fim de expandir seus domínios. Os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná esperaram até o último quartel do século XIX, para se tornarem zonas pioneiras (MONBEIG, 1984, p.93). O autor ainda completa dizendo que:

A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos. Tanto em suas origens, como em sua continuidade, ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. (MONBEIG, 1984, p.94).

O encontro com a resistência local era inevitável, segundo Monbeig (1984, p.129), pois entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os pioneiros encontravam os índios, “os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido

mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo”, sendo quase sempre sangrentos os contatos entre os índios e os pioneiros (MONBEIG, 1984, p.130).

Os fazendeiros paulistas já sofriam com a escassez da mão de obra, pois sem os escravos negros ou índios para a colheita, era necessária contratação de funcionários para esse trabalho; a solução encontrada foi a contratação de imigrantes. Os imigrantes europeus que chegavam aos centros urbanos eram encaminhados para as fazendas de café, sendo este o elemento propulsor da economia do Estado de São Paulo (CORRÊA & ALVIM, 1999).

O assunto da imigração japonesa continuou avançando e em 1897, um contrato entre o Japão e uma companhia brasileira foi firmado, para o envio de 1500 imigrantes japoneses, porém quatro dias antes do navio zarpar do porto de Kobe no Japão, a companhia brasileira rompeu unilateralmente o contrato. Esse rompimento causou transtorno aos japoneses, que interromperam qualquer expectativa de retomada de negociações até 1905.

Neste mesmo ano, 1905, tem início no Brasil uma grande expedição fluvial, a CGG - Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, a Exploração do Rio Tietê, que atravessaria todo o Estado de São Paulo, desde a Barra do Rio Jacaré-Guassú adentrando rumo ao oeste do estado de São Paulo até o Rio Paraná. Essa expedição tinha como objetivo, mapear cartograficamente essa região de mata nativa, documentar a fauna e a flora, detectar povoamentos, verificar relevo e hidrografia, pois não haviam documentos.

Está longe de ser fácil o trabalho do geógrafo, nas zonas pioneiras do Brasil. Sem desprezar as dificuldades materiais, a grande distância entre a cidade de São Paulo e as regiões novas, as deficiências da circulação, a impossibilidade de viajar durante a estação das chuvas que corresponde à das férias universitárias, há outras que não enfrentam no mesmo grau os geógrafos acostumados a trabalhos nos países velhos. (MONBEIG, 1984, p.18)

A partir da CGG, o poder público passou a ver os rios tanto como forma de penetração em São Paulo como para o escoamento de café e, desse modo, o papel desempenhado pela CGG foi essencial para o conhecimento do restante do território paulista, assim como para seu mapeamento. Segundo Corrêa e Alvim (1999), a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo

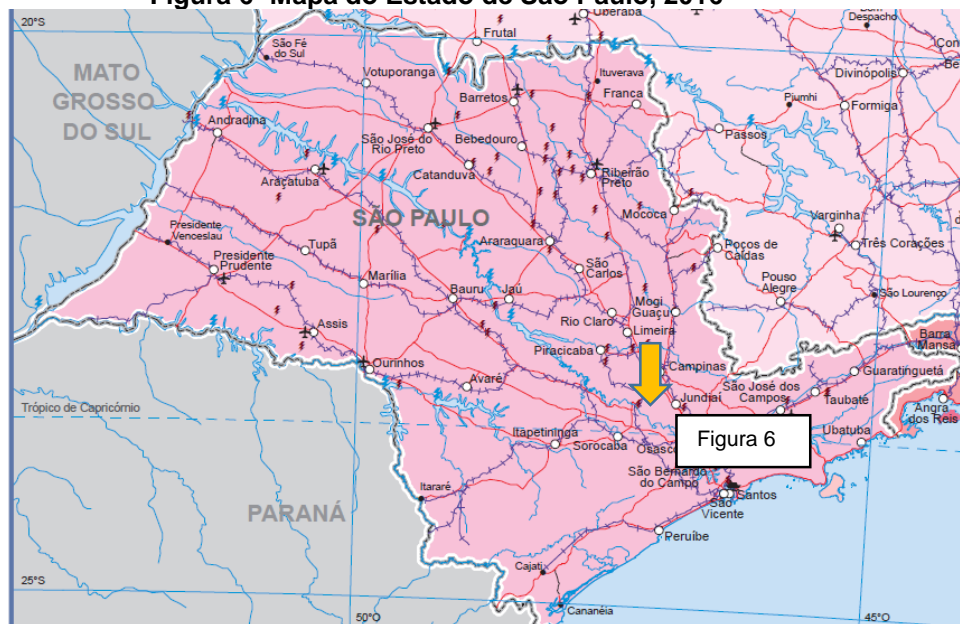
mapeou todo o território paulista, assinalou e fotografou o percurso de seus rios e riachos, localizou nascentes, desembocaduras, corredeiras, cachoeiras e ilhas. Indicou seus pontos navegáveis e esboçou as áreas sujeitas à ocorrência de maleitas. É com o café que se completa o processo de aniquilamento dos povos indígenas quanto às formas de ver, utilizar e representar as águas e os rios (CORRÊA & ALVIM, 1999, p. 71).

Foram feitas as explorações dos vales dos rios Tietê, Paraná, Feio ou Aguapeí e Peixe. Tudo fotografado, estudado, mapeado. A partir de então, foi marcante a aceleração do ritmo de exploração e avanço sobre o sertão. Na alta Araraquarense, a ferrovia chegou a correr à frente até as plantações de café. A Comissão buscava as riquezas naturais do Estado. Projeta-se a transformação da paisagem, a adequação da natureza à necessidade do desenvolvimento econômico. (CORRÊA & ALVIM, 1999, p. 39)

Apesar do grande trabalho dos geógrafos, pintores, fotógrafos, agrimensores, cartógrafos, historiadores, botânicos, engenheiros, jornalistas e tantos outros que participaram da CGG, para os autores Corrêa & Alvim (1999) o poder público, durante o devassamento do sertão, considerava o rio, apenas como uma via de escoamento da produção agrícola. Outra via era a estrada de ferro, sendo que o principal produto que financiaria a construção das mesmas, era o café. Esse poder público era representado, em grande parte pela elite cafeicultora do Estado de São Paulo.

Além do percurso difícil, no barco nem sempre os passageiros e a tripulação podiam estar acomodados. Nas partes rasas e corredeiras menores, todos desciam e caminhavam no rio, acompanhando as embarcações e carregando parte da carga, para aliviar o peso; quando havia uma cachoeira grande, carregavam o barco, caminhando pela terra. (CORRÊA & ALVIM, 1999, p.32)

Figura 6- Mapa do Estado de São Paulo, 2016



Fonte: IBGE, 2019

Figura 7: Subida da cachoeira das Cruzes. Foto da CGG retrata como eram feitas as ultrapassagens dos rios quando havia corredeiras ou águas profundas. As embarcações eram puxadas por cordas (1905)



Fonte: CORRÊA & ALVIM, 1999, p. 33

O mapa da figura 6, demonstra aproximadamente o local da Cachoeira das Cruzes, nas proximidades das cidades de Salto e Itú.

Figura 8 : Varação de barcos. Foto da CGG do Estado de São Paulo, retratando prática similar a do período das monções, quando quedas d'água mais violentas obrigavam a travessia de barcos por terra, 1907



Fonte: CORRÊA & ALVIM, 1999, p. 33

Respectivamente em 1906 e 1907, houveram visitas de responsáveis pelo recrutamento de famílias japonesas ao Brasil, mais especificamente a São Paulo, primeiramente para o reconhecimento do ambiente e logo após para o fechamento do contrato de imigração com o governo do Estado de São Paulo. Igi (1978) informa que deveriam vir para o Brasil cerca de mil imigrantes anuais, num total de três mil, sendo que a primeira leva deveria chegar em maio de 1908 e nos anos subsequentes nos meses de abril e maio respectivamente, época em que os fazendeiros de café necessitavam de mão-de-obra para colheita. Houveram alguns impedimentos burocráticos no Japão, e o mesmo conseguiu arregimentar apenas 791 pessoas, sendo 167 famílias, 601 homens e 190 mulheres. O embarque foi feito no porto de Kobe, no Japão, dia 28 de abril de 1908 e a chegada ao porto de Santos, no Brasil, no dia 18 de junho de 1908. O transporte foi feito em navios japoneses e com subsídio do governo japonês e eles vinham com contratos de emprego nas fazendas de café.

Nos primeiros dez anos todos os imigrantes japoneses foram trabalhar nas fazendas de café, principalmente na zona Mogiana, posteriormente nas Sorocabana, Araraquarense, Paulista e finalmente na Noroeste. Eles eram contratados por um ano de trabalho obrigatório na fazenda. (IGI, 1978, p.23)

Esses imigrantes recém-chegados tiveram inúmeros problemas de adaptação, não só com a língua portuguesa, que era por eles ignorada, mas pela alimentação, costumes e principalmente pelo clima, pois eles eram provenientes do clima temperado e se depararam com o calor na zona tropical. Muitos abandonavam as fazendas, por não se sujeitarem aos baixos salários, principalmente os solteiros.

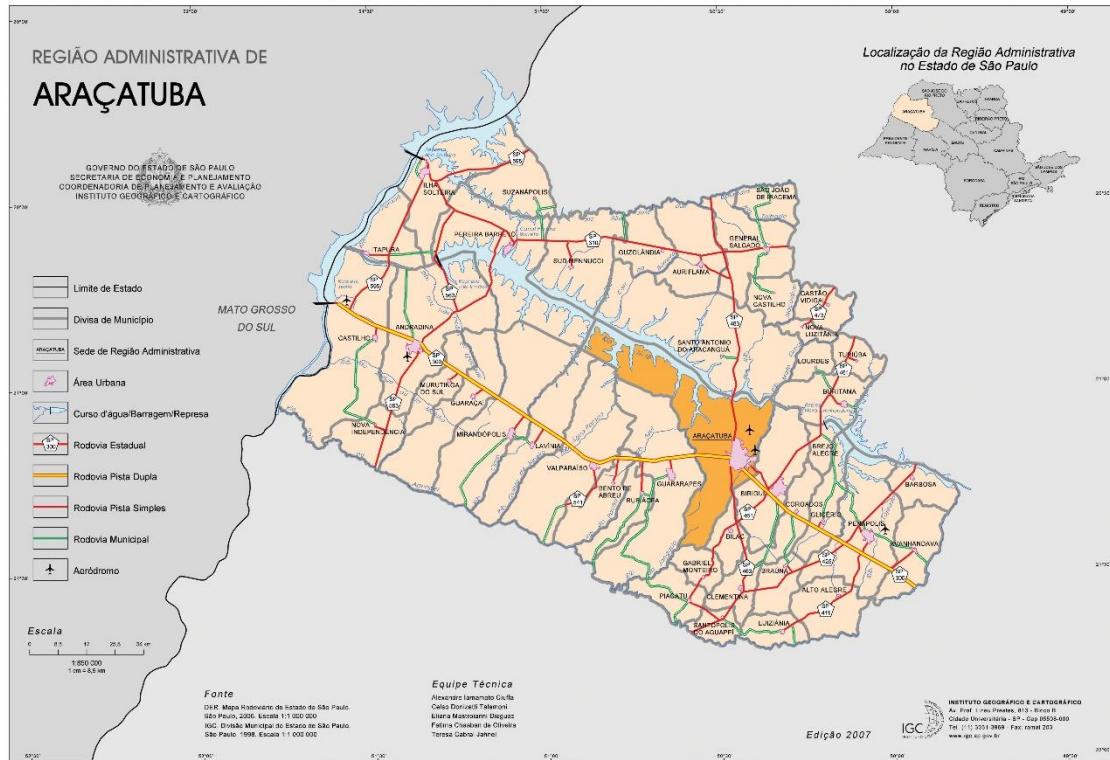
Depois de um ano de trabalho, eles poderiam escolher entre iniciar a formação de novas plantações de café ou se tornarem parceiros em cafezais formados. A CGG, enquanto isso, efetuava todas as análises a que se havia proposto, sendo que entre elas estavam a de avaliar as condições de navegabilidade do rio Tietê e as condições de fertilidade do solo.

O solo, fértil, em boa condição. Já o rio, possuía uma série de obstáculos como corredeiras, pedras, canais tortuosos que dificultaram e muito a navegabilidade. Os saltos de Avanhandava e Itapura foram transpostos inteiros por terra, tripulação, passageiros e barcos. (SCORRAR, CGG. Relatório 1905.)

Para Monbeig (1984), os relatórios da CGG apresentam claramente as dificuldades de navegabilidade, com cachoeiras, saltos, quedas, e grandes trechos onde a correnteza diminui transformando as margens em pântanos. A navegabilidade se tornava possível a partir de Bauru. Na seção final do rio aparecem as quedas de Itapura, onde após todo sedimento revirado ser depositado no fundo, o rio corre calmamente até encontrar o rio Paraná.

Com relação aos solos, Monbeig (1984) afirma que a marcha para o oeste, não aparece como uma conquista valiosa e sim como uma devasto sem freio. Existia no Oeste a cultura tradicional da cana-de-aucar e a mesma foi sendo lentamente eliminada pelas plantações de café.

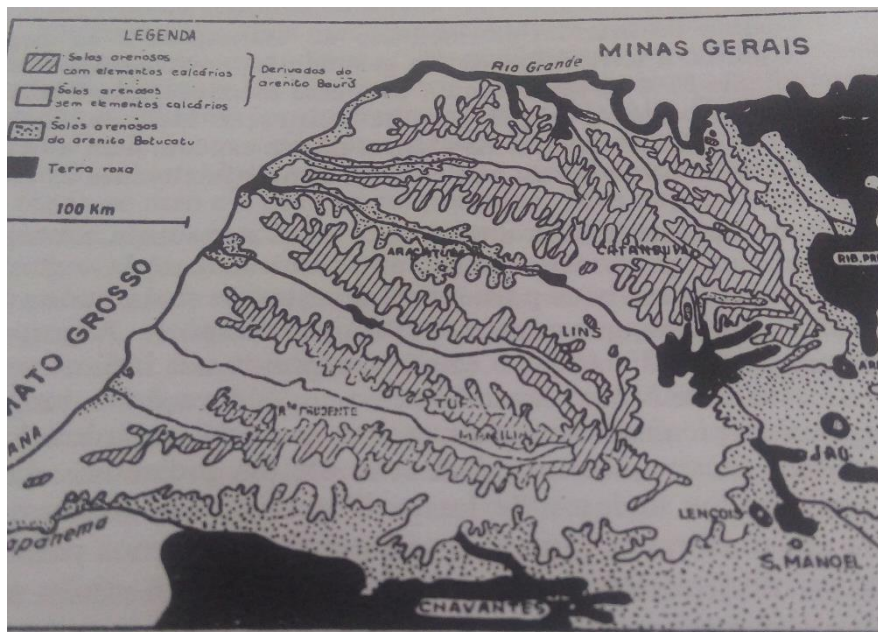
Figura 9: Região Administrativa de Araçatuba, 2007



Fonte: IGC, Instituto Geográfico e Cartográfico, edição 2007

Nas figuras 9 e 10, é possível perceber os rumos para onde boa parte da zona pioneira paulista se alastrava. Hoje em dia, parte dessa área, é compreendida por toda a região administrativa de Araçatuba-SP.

Figura 10: Solos da zona pioneira paulista



Fonte: MONBEIG, 1984, p.77

Os fazendeiros do café, interessados no escoamento da produção, inicialmente pelo porto de Santos, perceberam a necessidade da construção das estradas de ferro avançar para o Oeste. Eles se tornavam, além de fazendeiros, empreendedores, industriais, banqueiros e detentores das cadeiras políticas mais influentes do Estado de São Paulo.

No Japão, a respeito dos relatos dos primeiros imigrantes, de todas as dificuldades financeiras, devido a baixos salários, resolveu-se que o objetivo não mais seria enviar funcionários e sim donos da própria terra. Os japoneses comprariam seus lotes de terras brasileiras no Japão e, dessa forma fixariam definitivamente residência no país. Havia a necessidade de ser formada uma Companhia Colonizadora que resguardasse boas condições aos japoneses imigrantes, e também atendesse à legislação brasileira. Dessa forma, em 1927, iniciaram-se os trabalhos com doze governadores de províncias japonesas, para que ficassem estabelecidos os requisitos do que tipo de terras o Japão queria que seus compatriotas encontrassem no Brasil. Ficou definido que as terras seriam nos Estados de São Paulo ou Paraná, que teriam mais de 10.000 alqueires, que seriam férteis e salubres, que seriam ricas em água, que estivessem situadas a menos de 40 km de estações ferroviárias, que as escrituras fossem legalmente garantidas e que as porções custassem menos de 250,000 (duzentos e cinquenta mil réis). (KAYAMA, 1995, p.47)

Alguns japoneses, já instalados no Brasil, que vieram como administradores de colônias japonesas de Bastos e Alianças, tinham seus contatos com políticos da capital paulista, e a partir desses contatos, começaram a procurar terras que fossem condizentes às expectativas da Companhia Colonizadora.

Depois de vários estudos, a Companhia Colonizadora, representada pelo Sr. Mitsussada Umetani, adquiriu 46.690 alqueires da então Fazenda Tietê, que era composta de duas fazendas, a Urubupungá e a Araçatuba, cujo proprietário era o Cel. Jonas Alves de Mello. O pagamento foi feito diretamente aos credores, em nome do senhor Mitsussada Umetani, em junho de 1928. Porém, para que a compra ficasse regularizada e registrada, foi criada em março de 1929 a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., e em abril do mesmo ano, essa vasta área foi definitivamente registrada em nome da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (KAYAMA, 1995, p.61 -62).

Nesse período, o rio Tietê precisava ser transposto para que o escoamento da produção agrícola chegasse até a ferrovia.

Os rios serviam apenas como pontos de referência para avançarem pelo interior da densa mata e, principalmente, para uma segura demarcação de suas propriedades. (CORRÊA & ALVIM, 1999, p.71)

Desde que a gleba de terras foi adquirida pela Sociedade Colonizadora, iniciaram-se os trabalhos de desbravamento, e foram abertos caminhos margeando o rio Tietê até o local onde seria instalada a balsa para travessia em frente à estação ferroviária Lussanvira.

Esses caminhos rapidamente se transformaram numa estrada que ligaria o centro da fazenda à balsa de travessia. Era a Sociedade Colonizadora trabalhando para receber os primeiros proprietários de terras que estavam a caminho.

O nome da estação Lussanvira foi composto pelas iniciais dos nomes dos engenheiros que trabalharam na construção final do ramal Araçatuba/Itapura, os engenheiros Ludgero Dolabela, Roberto Sanson, Vitorino Avila e Pereira Travassos. A Estação Lussanvira em 1910, com imagem do acervo do Museu Imperial de Petrópolis e em 1950, com imagem do acervo do Museu Histórico de Bastos-SP.

Figura 11 – Estação Lussanvira



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br

1.1. IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO/FAZENDA TIETÊ

Para Kayama (1995, p.46), a venda dos lotes foi feita diretamente da Sociedade Colonizadora – BRATAC, para os imigrantes, e o ingresso na fazenda Tietê, era ordenado de acordo com a chegada.

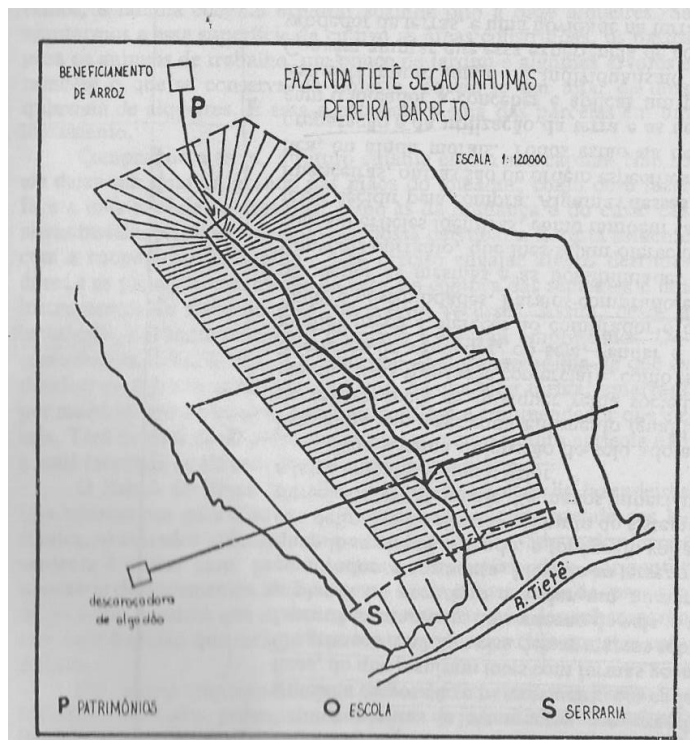
A fazenda já se encontrava loteada, com uma sede ao centro, um escritório, olaria, serraria e as estradas que ligariam o lote ao centro e à balsa respectivamente.

Segundo Monbeig (1984, p.232), nas fazendas loteadas por japoneses, percebe-se pelo traçado "a intenção de dirigir o povoamento, chamando-o para perto da estrada, afastando-o dos cursos d'água malsãos e provocando a especialização de cada parte do sítio".

Uma estrada contorna cada pequena bacia hidrográfica, que assim é utilizada como unidade para o traçado dos lotes. Ela é construída aproximadamente à distância de dois terços do alto da encosta, ficando, portanto mais perto do talvegue do que do espigão. Todos os lotes ficam divididos em duas partes desiguais. Os sitiantes constroem suas casas a alguns metros da estrada, de um ou de outro lado desta. Cada parcela do lote é automaticamente, especializada, a mais baixa sendo utilizada como pomar, jardim e pasto e a alta sendo cultivada. Cada estrada local acha-se ligada às estradas principais que fazem ligação entre os centros administrativos e comerciais da colônia japonesa. (MONBEIG, 1984, p.230-2).

Observa-se na figura 12, o traçado da Fazenda Tietê, Seção Inhumas Pereira Barreto, onde "cada lote alonga-se do espigão ao córrego, sendo atravessado pela estrada, que contorna o pequeno vale, onde está a célula do povoamento rural" (MONBEIG, 1984, p.220).

Figura 12: o traçado dos lotes na Fazenda Tietê, município de Pereira Barreto



Fonte: MONBEIG, 1984, p.220

Para esses lotes foi conservada a forma retangular e os contornos geométricos, todos teriam acesso a água e aos grandes espigões.

Figura 13: Mapa da localização de Pereira Barreto, 1984



Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2019.

Segundo Monbeig (1984, p 222) esse sistema de loteamento adotado não se tratava de um sistema igualitário ou de uma sociedade comunitária.

O loteamento é uma transação comercial e, como tal ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades. (MONBEIG, 1984, p.222)

A previsão era que chegassem 400 famílias, 200 mais 200 no decorrer do ano de 1929 e já haviam sido abertos 102 lotes, porém o primeiro ingresso foi de 36 famílias, e o segundo de 74 famílias que foram levadas para outras localidades além da fazenda Tietê. No final de 1930, a fazenda Tietê, contava com 61 famílias. A fazenda Tietê era sinônimo de malária, dessa forma os imigrantes queriam ir para outros lugares, outras fazendas, e uma das preferidas era a fazenda Bastos que no mesmo período já contava com 200 famílias.

Assim a Fazenda Tietê, renome com o foco de malária no início, difícil até de recrutar os trabalhadores para derrubar as matas, mas, em consequência de constantes esforços dos interessados, veio crescendo cada vez mais, e após 10 anos, chegou a ser considerada uma das maiores fazendas, com cerca de mil e algumas centenas de famílias. O mérito desse, devemos dizer que, atribui meramente, graças pelo empenho da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (KAYAMA, 1995, p.53)

No final do ano de 1928, a região da fazenda sofreu com inundações referentes aos períodos de chuvas intensas e as mesmas interromperam a travessia do Tietê e posteriormente o acesso à estação Lussanvira. Dessa forma, em 1929 iniciaram-se os projetos para a construção de uma ponte que ligaria a central da fazenda, por uma estrada e faria a transposição do rio sem a preocupação com as cheias incapacitantes. Na figura 14 observa-se a balsa utilizada na travessia do rio Tietê em 1931.

Figura 14: Balsa utilizada para a travessia do rio Tietê, 1931



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br Acessado em janeiro de 2019

Em 1930 o local escolhido para a construção da ponte foi aprovado, porém não houve concorrência para construção, devido à revolução que estourava na capital do Estado de São Paulo

Em 1929, com a quebra da Bolsa de valores de Nova Iorque, a cultura cafeeira entrou em declínio, porém alguns imigrantes ainda insistiram no café e devido às fortes geadas de 1931, iniciaram novas lavouras, como as de algodão, milho, arroz e feijão, posteriormente a criação do bicho da seda, que para os imigrantes japoneses era muito conhecida, além da criação de gado.

O declínio da cultura cafeeira depois de 1929 e a eclosão de um conjunto de circunstâncias favoráveis, depois do início da 2ª Guerra Mundial, reavivaram a velha tendência da criação de gado. (MONBEIG, 1984, p.302)

Segundo Monbeig (1984, p.321), eclode a policultura com a queda do café. A paisagem perdeu a monotonia e tanto as atividades humanas quanto as estruturas sociais, ganhavam em diversidade.

A sede da fazenda já havia se tornado uma vila - a Vila Novo Oriente - e como vila trabalhava no modo de cooperativa de utilização, onde todos os imigrantes se utilizavam dos equipamentos para beneficiamento de suas produções.

Em 1932, após a aprovação do Estado de São Paulo, teve início a construção da Ponte Novo Oriente (fig.15), porém devido à Revolução Constitucionalista, as obras foram paralisadas por falta de mão-de-obra, de materiais e de crédito financeiro, porém são retomadas com a diminuição dos conflitos.

Figuras 15: Construção do arco da ponte Novo Oriente, 1934



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

Na Vila Novo Oriente, iniciaram-se as construções da fiação de seda, do moinho, da usina de açúcar e do matadouro de porcos. Nessa época, como afirma Kayama (1995), foi requerida a eletrificação para a Vila. Em 1934, o Governo do Estado de São Paulo, instalou um cartório e uma delegacia de polícia, definindo a circunscrição judiciária local.

Segundo Igi (1978, p.59) na primeira quinzena do mês de outubro de 1934 foi criado o Distrito Novo Oriente, no Município de Monte Aprazível, por meio da Lei Estadual nº 6.712.

No dia 26 de junho de 1935, foi inaugurada a Ponte Novo Oriente e iniciou-se uma nova fase de vendas de lotes na área urbana (sede da Fazenda), sendo que este loteamento se tornaria o Bairro Bela Floresta. Aconteceu também a inauguração da Estrada Estadual que partia de Lussanvira, passando pela ponte e se dirigindo até porto Tabuado, numa extensão de 62 quilômetros.

Figura 16: Ponte Novo Oriente – Pereira Barreto/SP . Ligação entre a área central do futuro município e a estação ferroviária Lussanvira. 1939-40/ Tombo 2538



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico ICG – Fotos oblíquas 1939-40

As benfeitorias eram executadas pelos imigrantes japoneses, e uma delas foi segundo Monbeig (1984, p.326-330), o vasto trabalho de saneamento das áreas onde a febre amarela e a Leishmaniose apareceram e nos dois anos seguintes causaram devastações em São Paulo, tornando-se a moléstia dos mateiros (Fig.17). Os Japoneses eram os menos atingidos, porque raramente eram os primeiros a penetrar no interior das florestas.

Figura 18 – Vista Geral/ cidade de Pereira Barreto/SP – Núc Urb B/ 1939-40/Tombo2548



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico ICG – Fotos oblíquas 1939-40

Figura 19: Recorte do Mapa de Pereira Barreto, 1984



Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2019

1.2. A CIDADE DE PEREIRA BARRETO

A partir da elevação de Distrito a Município em 1938, a cidade deu um salto à prosperidade, com a abertura de novos loteamentos, com a policultura do

algodão, café, cana-de-açúcar e posteriormente com o cultivo de casulos do bicho da seda. Dessa forma, com o aumento da necessidade de mão de obra, houve a geração de novos empregos e locais para que esses funcionários se hospedassem, antes de se instalarem em sítios como meeiros, ou como proprietários de novas terras (Fig.20).

Figura 20: Casa Armênia, primeiro Hotel da cidade de Pereira Barreto



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

Segundo Igi (1978, p.91), a primeira formação política administrativa do município de Pereira Barreto constituiu-se no ano de 1939.

Com essa formação administrativa, o escritório do que havia sido a sede da fazenda Tietê, passou a cuidar somente dos recebimentos e transferências de títulos de propriedade (escrituras) de lotes recém quitados.

Em 1942, período da 2ª Guerra Mundial, todos os bens dos povos pertencentes ao grupo do “Eixo” (Japão, Alemanha e Itália), foram congelados, e todos os pertences da BRATAC- Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., ficaram sob intervenção do Governo Federal. Os Japoneses, não puderam continuar em seus cargos de liderança, fazendo com que ficassem como subalternos aos brasileiros nomeados para assumir esses cargos.

Conforme Kayama (1995, p.80), foram presos no Estado de São Paulo vários membros da BRATAC, inclusive o autor, somente podendo retornar ao trabalho

de agrimensor após um período de 40 dias e sob supervisão de um engenheiro agrônomo brasileiro.

Em 30 de novembro de 1944, através do Decreto-Lei Estadual nº.14334, Pereira Barreto foi elevada à categoria de Comarca. A instalação da Comarca deu-se em 01/01/1945.

Após o término da intervenção federal, o escritório da BRATAC ficou responsável pelos pastos de uma fazenda vizinha (500 alqueires) e pelo pasto central com 50 alqueires localizado ao lado da cidade de Pereira Barreto, para respectivamente, bois de engorda, vacas selecionadas e reprodutores.

Com a expansão da cidade de Pereira Barreto, em 1954 foi construído o primeiro complexo de comércio da cidade. Abrigava casas de comércio, o próprio escritório da BRATAC, um escritório do Banco América do Sul S.A., algumas partes para a Coletoria Estadual e ao fundo duas moradias, para a zeladoria do complexo. Esta edificação contou com 464 m² de área construída.

Em 1957, parte do pasto central, segundo Kayama (1995, p.82), foi dividido em pequenas partes para a criação de galinhas da Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê, que havia sido fundada em 1934 para auxiliar os pequenos produtores no beneficiamento de suas colheitas (Fig.21).

De tal maneira, a existência da Cooperativa, contribuiu em grande escala para o benefício e aproveitamento dos associados. Se a BRATAC for o pai da criação da Fazenda Tietê, a Cooperativa coincide como a mãe para o crescimento da Fazenda. (KAYAMA, 1995, p.83)

Figura 21: Embarque da Safra de Algodão na Cooperativa,1943



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

No primeiro trimestre de 1960 a BRATAC encerrou as atividades de seu escritório na cidade de Pereira Barreto.

A cidade de Pereira Barreto, fazendo parte da franja pioneira, foi uma das cidades que estendeu seu raio de ação através das estradas de rodagem além das estradas de ferro.

As ferrovias teriam, pois, transformado cada planalto numa espécie de bacia da qual são elas as artérias mestras, ao passo que as estradas de rodagem, lateralmente construídas, são como afluentes que asseguram a drenagem. (MONBEIG, 1984, p. 385)

Monbeig (1984, p.366) relata que as cidades da franja pioneira formaram um grande mercado regional para a exploração dos produtos do solo. Dessa forma os grandes centros de consumo, como São Paulo e Distrito Federal, recebiam e faziam a ponte desses produtos com o porto de Santos.

Os japoneses de Pereira Barreto, além de agricultores, eram possuidores de bazares e passaram a atuar em todas as esferas administrativas da cidade, deixando transparecer não somente sua cultura, mas também seus dogmas religiosos (Fig.22).

Figura 22: Imigrantes reunidos com Líder religioso em visita a Pereira Barreto, 1948



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

Segundo Ohtake (1991, p. 181), com o desenvolvimento da rede ferroviária e depois rodoviária, o interesse pela navegação fluvial teve um declínio, passando para o rio Tietê apenas a função de coadjuvante aos demais meios de transporte (Fig.23). Em 1940, as ferrovias, também entraram em processo de declínio, pois as estradas de rodagem permitiam que caminhões, ônibus e automóveis se encarregassem do transporte de pessoas e cargas, não somente ao longo dos núcleos urbanos, constantes aos arredores do Tietê, mas nos transportes de todo o país.

Figura 23: Porto de Areia, antes do represamento, Pereira Barreto, s/d



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

Devido ao crescimento do comércio entre as cidades, a necessidade de energia elétrica se fez indispensável, e como o aumento do consumo nos grandes centros era desenfreado devido à grande quantidade de indústrias instaladas, também aumentavam os rejeitos descartados diretamente no rio. O Tietê passou a ser gerador de energia e as barragens para a construção das hidrelétricas foram se tornando necessárias, porém, o rio, infelizmente, também se tornou um depósito de lixo.

Juntamente com as hidrelétricas foram construídas as eclusas para que as embarcações pudessem fazer a transposição entre os diferentes níveis do rio.

A partir de 1960 foram surgindo ideias para transformar todas as geradoras de energia em uma única empresa. Em 1966 nasceu a estatal CESP- Companhia Energética de São Paulo S.A. Essa empresa distribuía energia a todo o estado de São Paulo.

Na década de 70, segundo Ohtake (1991, p.145) a CESP iniciou estudos para resolver o problema da diminuição do volume de água no reservatório da hidrelétrica de Ilha Solteira, criando uma nova barragem. Essa barragem deveria ser próxima as cachoeiras de Itapura, Urubupunga e Salto de Itapura (Fig. 24, 25 e 26).

Figura 24: Cachoeira Urubupunga– Pereira Barreto/SP 1939-40/ Tombo 2545



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico ICG – Fotos oblíquas 1939-40

Figura 25: Cachoeira do Itapura– Pereira Barreto/SP 1939-40/ Tombo 2558



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico ICG – Fotos oblíquas 1939-40

Figura 26: Salto do Itapura– Pereira Barreto/SP 1939-40/ Tombo 2555



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico ICG – Fotos oblíquas 1939-40

As transformações na cidade e na paisagem de Pereira Barreto, tiveram início nos anos 80 com a construção do canal de Pereira Barreto (Fig. 27 e 28), e com a construção da Hidrelétrica Três Irmãos.

Figura 27 -- Início das obras de construção do canal Pereira Barreto, 1980



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Figura 28: Canal Pereira Barreto, em funcionamento, 2008



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Ambas as construções tinham como objetivo respectivamente, interligar os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, viabilizando a navegação pelo tramo norte da hidrovia Tietê-Paraná, aumentar a produção

de energia com a criação de um novo reservatório e no período de estiagem da região, canalizar a água de Três Irmãos para Ilha Solteira.

Os Estudos de Impacto Ambiental-EIA, em seu I volume, datado de 1990, informa que todos os estudos somente foram realizados à partir de 1989, devido a Resolução número 001 de janeiro de 1986 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que dava obrigatoriedade à elaboração do EIA-RIMA. Porém, neste ano de 1986, as obras da UHE - Três Irmãos já estavam bastante avançadas, e se tornava irreversível a perda de um ecossistema importante, constituído pelas várzeas do baixo rio Tietê.

Figura 29: UHE- Três Irmãos -1990



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

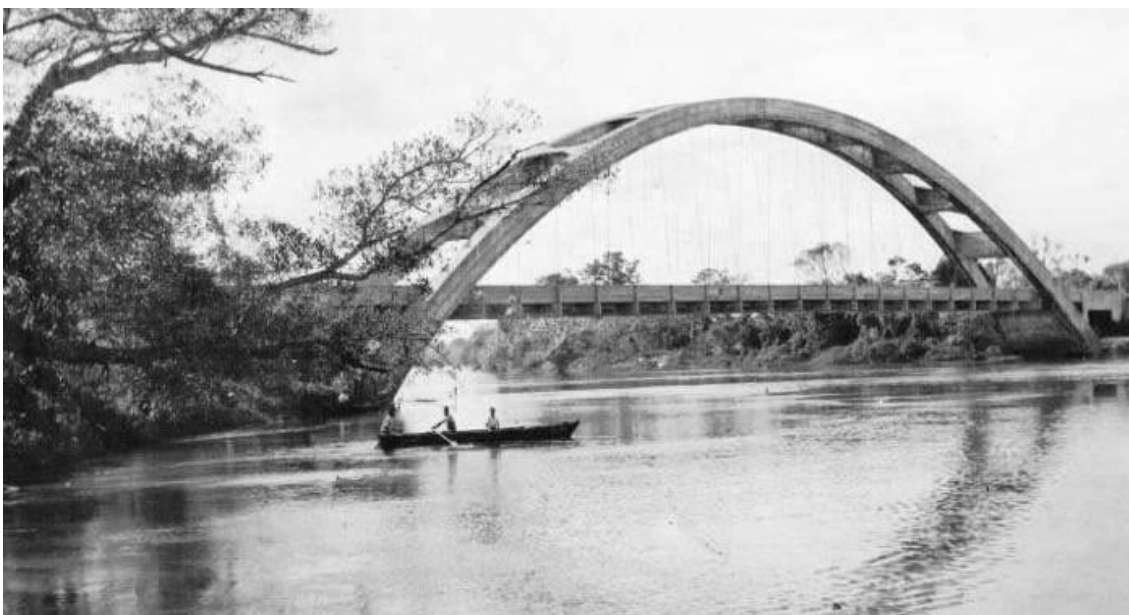
Devido à formação do reservatório que abasteceria a UHE Três Irmãos (Fig.29), uma vasta área urbana e rural da cidade de Pereira Barreto, precisou ser inundada. (EIA- Vol 1, 1990)

Figura 30 -- Bairro Cooperativa que desapareceu com a inundação do reservatório da UHE- Três Irmãos , na cidade de Pereira Barreto,1989.



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Figura 31 - Ponte Novo Oriente antes do alagamento, 1956



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

A população viu, com tristeza, a submersão de um dos marcos da colonização japonesa em Pereira Barreto: a Ponte Pênsil Novo Oriente (Fig.31).

A ponte Novo Oriente foi construída para facilitar o acesso à Estação ferroviária Lussanvira, que ficava na margem oposta à da área urbana. Da estação, a produção agrícola partia para os grandes centros. Segundo Igi (1978), a ponte além de facilitar o escoamento da produção, facilitava a travessia nas épocas de cheia do Tietê, e era um meio de comunicação entre os novos loteamentos e o centro da cidade de Pereira Barreto. A ponte também teve muito destaque por proporcionar aos moradores da região um local de lazer constante, pois naturalmente foi criada uma prainha de rio, uma área para banho, pesca e confraternizações, como conta Ohtake (1991).

O lago precisou ser criado para que a Usina Três Irmãos pudesse funcionar. Esse reservatório inundou um total de 370 hectares da área urbana de Pereira Barreto. Esta Usina, que é a maior usina construída no Rio Tietê, a 28 km da confluência com o Rio Paraná, possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW. Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km².¹ Possui duas eclusas para navegação, conforme informações da EIA (Vol. 1, 1990).

Devido à perda das terras férteis, grande parte da população de descendentes de japoneses em Pereira Barreto foi se reduzindo. Alguns mudaram-se para outras cidades, outros fizeram o caminho inverso dos seus antepassados e foram trabalhar no Japão, porém, existem relatos de que alguns pequenos produtores resolveram cometer suicídio, informação recebida em uma das entrevistas, realizada no Museu de Imigração Japonesa (ver Apêndice).

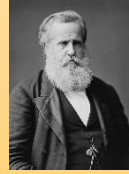
Alguns locais desapareceram com a formação do lago da Usina Três Irmãos, como por exemplo o Bairro Cooperativa (Fig.30), parte do cemitério Campo Santo São José, a casa Murai, que foi construída para abrigar um primo do Imperador Hiroito em 1954, além da Ponte Novo Oriente que segundo Monbeig (1984), foi de fundamental importância para a ligação do centro da cidade com a estação ferroviária Lussanvira.

¹ Informações coletadas no site http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/usinas_3irmaos?OpenDocument
Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

1.3. CRONOLOGIA HISTÓRICA

1856

Dom Pedro 2º queria uma linha de comunicação entre a Côrte no RJ e a Província de Mato Grosso do Sul para cuidar da fronteira com o Paraguai



1858



Colônia Militar de Itapura

1905

CGG- Comissão geográfica e geológica parte rumo ao oeste do estado de São Paulo, pelo Rio Tietê



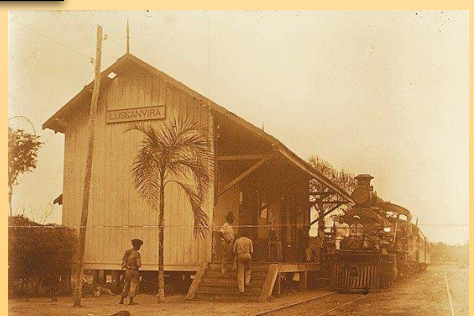
1908



- 1os Japoneses vieram com contratos de 1 ano de emprego
- Partiram do Japão em 28/04/1908 – do porto de Kobe
- Chegaram ao Brasil em 18/06/1908 – no porto de Santos
- Foram enviados para a casa do Imigrante em São Paulo, para registro e depois para as fazendas de café

1910

Tronco Ferroviário Noroeste
Estação LUSSANVIRA



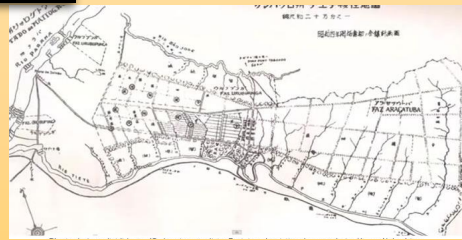
1927



Mitsusada Umetani Governador de uma das províncias de Tóquio, Nagano, visita o estado de São Paulo .

1928

Mitsusada Umetani adquire 50.000 alqueires recortados em lotes de 10 alqueires paulistas do Cel. Jonas Alves de Melo



1929



Surge a BRATAC Cia Colonizadora do Brasil Ltda. Inicia-se a derrubada da Mata e implantação do núcleo urbano



1931

O povoado passa a qualidade de Vila Novo Oriente, contando com 500 pessoas



1932



As pessoas precisavam atravessar o rio Tietê para chegarem a estação Lussanvira, e essa travessia era feita com Balsas. Devido as cheias a travessia se tornou perigosa. Nasce a ideia da Ponte .

01/07/1932

Início da construção da Ponte Novo Oriente



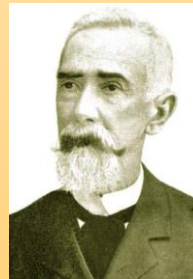
26/06/1935



Inauguração da Ponte Novo Oriente. A Bratac doou a ponte ao Estado de São Paulo.

1938

Nasce o distrito de Pereira Barreto. O nome da cidade é uma homenagem a um ilustre médico da capital paulista adepto das ciências naturais, dizendo que a saúde era o equilíbrio entre inteligência, sentimentos e meio ambiente.



1942 – 2ª Guerra Mundial



A BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., sofreu intervenção do governo federal
Japoneses passam a ser subalternos de brasileiros nomeados
Membros da BRATAC presos em São Paulo

1960/63

BRATAC- encerramento das atividades. A cidade de Pereira Barreto estava em pleno desenvolvimento. Nesse momento a navegação fluvial aparece em declínio
Surgem diversas empresas geradoras de energia e é pensado novo uso para o rio Tietê – “ A geração de energia” as hidrelétricas.



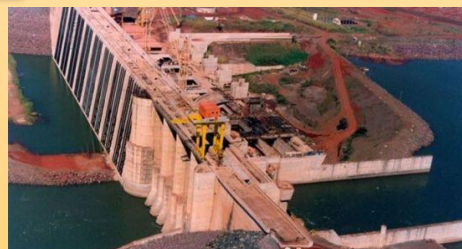
1970



Cesp inicia projeto para construção de nova hidrelétrica, utilizando os saltos grande de Urubupunga, saltinho de Urubupunga e salto de Itapura. Dos saltos vem o nome da mesma. Usina Hidrelétrica de três Irmãos.

1980

Início da construção da Usina Hidrelétrica três Irmãos



Início da construção do Canal Pereira Barreto. Este canal foi projetado para levar água do reservatório da UHE Três Irmãos, para o reservatório da UHE Ilha Solteira.



1990



Início da inundação de áreas urbanas e rurais para formação do reservatório da UHE – Três Irmãos.

Marcos históricos como a Ponte Novo Oriente, o porto fluvial, o bairro Cooperativa, parte do cemitério, o matadouro público, além da casa Murai, uma típica construção japonesa. Tudo submerso.

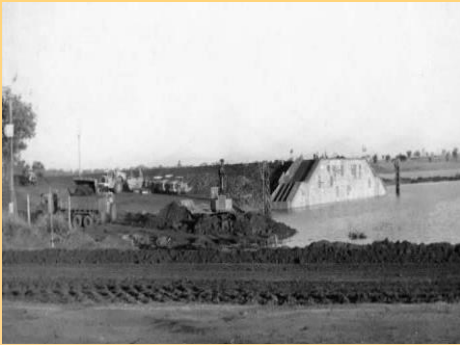
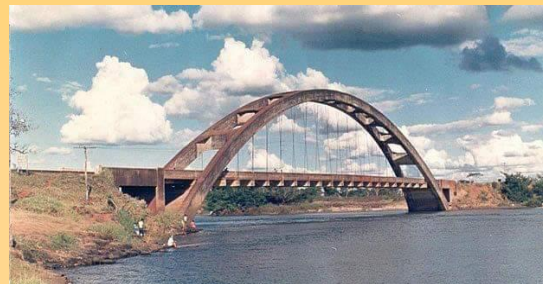


Foto da família RISABURO MURAI



1990

Julho de 1990







Agosto de 1990

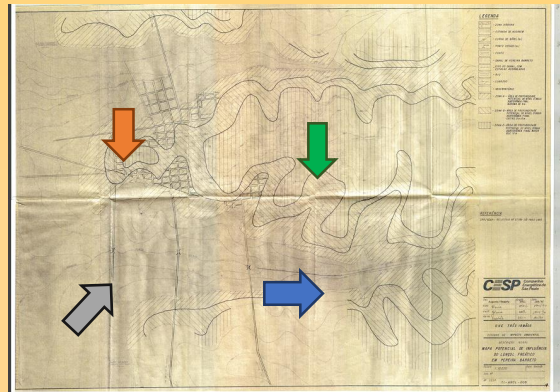


Outubro de 1990



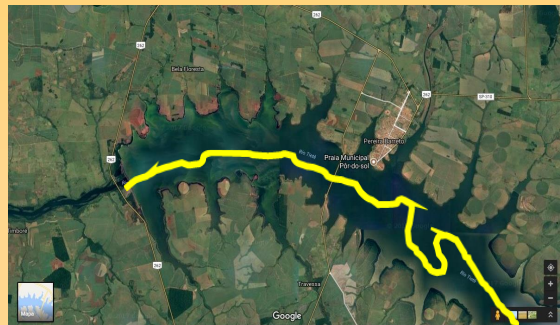
Dezembro de 1990

-  Área não inundada
-  Canal Pereira Barreto
-  Aumento do nível 298 para
-  Área urbana inundada



2018

Janeiro de 2018
Em amarelo, o traçado próximo ao original do Rio Tietê, antes da inundação



CAPÍTULO 2 - A PAISAGEM DE PEREIRA BARRETO

As definições para paisagem são diversas. De acordo com a percepção do observador, o olhar é induzido a detalhar pontos expressivos de experiências vividas, cada qual dentro de sua área de atuação.

Para Besse (2014) a paisagem é considerada como um recurso para o urbanismo, para estratégias de ordenamento do espaço urbano em diferentes escalas.

Já Bartalini (2013) nos coloca uma questão acerca deste termo, de sua vastidão de abordagens, dos diversos olhares que recaem sobre ele, desde as ciências naturais, ambientais, da arte, da cultura de um modo mais geral. Podemos considerá-la, portanto, dentro do vasto campo da cultura de uma sociedade.

Serrão (2014) denomina a paisagem não sendo a natureza (em si) nem o humano (para si), mas o ponto de encontro de homem e natureza. A natureza que se encontra é esta paisagem, e o homem este indivíduo.

Já para Corajoud (2011), a paisagem é o lugar do relacional onde todos os locais são compreensíveis por referência a um conjunto que se integra, por sua vez, num conjunto mais vasto.

Jackson (apud BESSE, 2014), interpreta a paisagem como uma composição de espaços criados pelo homem no solo.

Existem atualmente uma polissemia e uma mobilidade essenciais do conceito de paisagem, e essa situação teórica deve-se, em parte, à atomização profissional e acadêmica de diferentes “disciplinas” que fazem dela seu campo de estudos e de intervenções. (BESSE, 2014, p. 11)

Diversos profissionais estudam a paisagem, tais como geógrafos, ecólogos, filósofos, historiadores, arquitetos, engenheiros, etc. E cada tipo de profissional aborda conceitos de paisagem de uma determinada maneira, cada um com seus referenciais teóricos específicos.

Assim, Besse (2014) nos apresenta cinco possíveis ‘entradas’, ‘portas’ para essa questão, ou seja, cinco problemáticas paisagísticas que se inter-relacionam na

maneira de pensar contemporânea. Cada porta é protegida por um grupo de profissionais denominados guardiães.

Na atualidade, trabalhar de um ponto de vista teórico sobre a questão da paisagem supõe que se aceite considerar, pelo menos provisoriamente e como hipótese, a justaposição e a superposição desordenada desses diferentes discursos e pontos de vista sobre a paisagem. (BESSE, 2014, p. 12)

Entendemos que a problemática da paisagem possui um lugar decisivo nas preocupações sociais, políticas, econômicas e quanto à qualidade de vida da população, estando no centro de discussões acadêmicas e de gestores públicos em busca de soluções para os mais diversos problemas da cidade.

A paisagem para Besse (2014) pode ser abordada como uma representação cultural e social; enquanto território produzido pelas sociedades ao longo de sua história; enquanto um complexo sistêmico que articula os elementos naturais e culturais em uma totalidade objetiva; enquanto espaço de experiência fenomenológica; ou ainda enquanto um local ou contexto de projeto.

2.1. ANÁLISE DA PAISAGEM

A paisagem como uma representação cultural e social, dentro de uma realidade mental, é considerada como um ponto de vista. Ela é “o véu mental que o ser humano coloca entre ele mesmo e o mundo” (BESSE, 2014, p.13). Uma interpretação, uma leitura, uma expressão de um certo tipo de linguagem. Como descreve o filósofo Alain em seu livro *Eléments de Philosophie*.

[...] a distância do horizonte não é uma coisa entre as coisas, mas sim uma relação das coisas comigo, uma relação pensada concluída [...] O que faz aparecer a importante distinção entre a forma e a matéria do nosso conhecimento. Essa ordem e essas relações que sustentam a paisagem e qualquer objeto, que a determinam, que fazem dela algo real, sólido, verdadeiro, essas relações e essa ordem são relativas à forma, e definem a função pensamento. (ALAIN, 1940, p.21 apud BESSE, 2014, p.14)

Nesse sentido, segundo Besse (2014, p.20), Michelet (1952) comenta que no início da Revolução Francesa, nas festas da Federação, foi quando muitos homens vislumbraram “momentos extraordinários de descoberta da paisagem”, pois o homem se reconquistou e estava tomando posse da natureza. Seus sítios históricos, suas construções, suas paisagens, todos com consciência do pertencimento nacional. Besse (2014, p.36) também cita Jackson (2003) ao analisar que as paisagens foram formadas “não só por decisão topográfica ou política, mas pela organização das pessoas no local”, completando que “nunca se deve mexer na paisagem sem pensar naqueles que vivem nela”.

Figura 32– Praça da Bandeira- Comendador Jorge Tanaka, 1998



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Considerada como percepção subjetiva, a paisagem passa a ser uma expressão humana informada por códigos culturais.

A análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir (BESSE, 2014, p.14)

A paisagem da cidade de Pereira Barreto aparece emoldurada como uma representação artística pela vegetação, (figura 32). Observada como ponto de destaque pelos imigrantes, seus descendentes e pelo restante da população local, que passava a interagir com os costumes orientais, essa representação, demonstra que a paisagem se trata de um texto a ser decifrado, como um signo

ou pensamento oculto por trás de objetos, palavras e olhares, conforme explica Besse (2014, p.21) a partir de algumas considerações do escritor David Lowenthal, que considera que a paisagem

[...] é não apenas um lugar imediatamente presente, mas também um lugar de memória. [...] tanto nos lugares quanto nas pessoas, o olhar da mente percebe um palimpsesto construído na base de todas as nossas experiências passadas, de nossas hipóteses passadas e atuais sobre a história da paisagem. (LOWENTHAL,2008 apud BESSE, 2014, p.21-2)

A paisagem passava a ser apreciada, como uma pintura, por uma janela que fazia a relação do dentro e fora, do interior e exterior, transformando este exterior em paisagem, como a vista a partir da janela do trem.

A janela, escreve Victor Stoichita, desempenha um papel catalisador. [...] É o retângulo da janela, que transforma o lado de fora em paisagem, pois ativa a dialética do interior e do, isto é, instaura uma condição indispensável da paisagem na história, a distância. (BESSE, 2014, p.15)

Figura 33– Passageiros no pátio da Estação ferroviária Lussanvira, 1938



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

Figura 34– Estação ferroviária Lussanvira - 1928



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019.

Uma segunda porta para se analisar a paisagem, conforme Besse (2014) é a da paisagem enquanto território produzido pelas sociedades ao longo da sua história. Dessa forma podemos perceber que a cidade de Pereira Barreto, passou por diversas fases de um território produzido. De mata habitada por grupos indígenas, passa para as mãos de fazendeiros desbravadores, especuladores de terras, até que cheguem os colonizadores, vindos do oriente, em busca de oportunidades (MONBEIG, 1984).

O território passa a ser fabricado e habitado, conforme figuras 33 e 34, onde observa-se a estação ferroviária de Lussanvira em 1928 e os passageiros posando para uma fotografia no pátio da estação em 1938. O espaço se organiza através do esforço coletivo, com o intuito de se transformar em cidade, em sociedade.

A paisagem para esses colonizadores não seria apenas ilusão e sim realidade, fazendo parte do cotidiano e da própria identidade. Identidade esta que seria moldada através das necessidades essenciais e, sobretudo, pelas necessidades sociais e culturais.

Besse (2014) cita o autor Eric Dardel considerando que:

[...] a paisagem não é, na sua essência, feita para ser olhada, mas sim a inserção do homem no mundo, lugar de luta pela vida, manifestação do

seu ser com os outros, base do seu ser social. (DARDEL, 1990, p.44
apud BESSE, 2014, p.30)

Figura 35– Início do Desbravamento,1928



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

Os imigrantes, desbravadores dessa vasta área, conforme figura 35, chegavam a uma terra, onde ao mesmo tempo que o espaço pertencente a sua família estava demarcado, cada integrante já estava determinado a fazer parte de um todo amplo, aberto, onde seriam iniciados trabalhos coletivos no meio ambiente, remetendo a noções de conjunto.

Figura 36: Construção do aterro para a ponte Novo Oriente, 1932



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

Figura 37: Construção do arco da ponte Novo Oriente, 1934



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

Para Besse (2014, p.31-32), ler a paisagem é perceber a forma e os modos de organização do espaço e da sociedade, além das representações e dos valores culturais que atuam nessa sociedade, tendo como principal objetivo a organização de um espaço que corresponda às necessidades humanas.

Sendo a paisagem uma obra coletiva das sociedades, ela se torna, segundo Besse (2014, p.33), uma relação tanto ativa quanto prática, pela qual o homem transforma seu meio natural. A paisagem passa a ser um lugar de recriação de memórias, numa transformação de histórias, como uma obra de paisagismo. E por esse aspecto a paisagem também se torna um espaço político, expressão do esforço humano, sempre pronto a recomeçar para habitar o mundo, o novo mundo, conforme figuras 36 e 37.

Para Besse (2014, p.37) pode-se concluir que a paisagem não pode ser definida como somente uma vista, uma imagem ou um pensamento, ela também faz parte de um mundo vivido, fabricado e habitado a partir de constantes mudanças da sociedade humana. Por este ponto de vista, a paisagem se identifica com o ecúmeno humano.

A paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomeçado, para habitar o mundo. (BESSE, 2014, p. 37)

Na figura 37, observamos a interferência humana para a transposição do rio Tietê, a construção da Ponte Novo Oriente. Até então, a balsa era o único meio de se atravessar o rio para chegar à estação ferroviária Lussanvira, conforme figura 38.

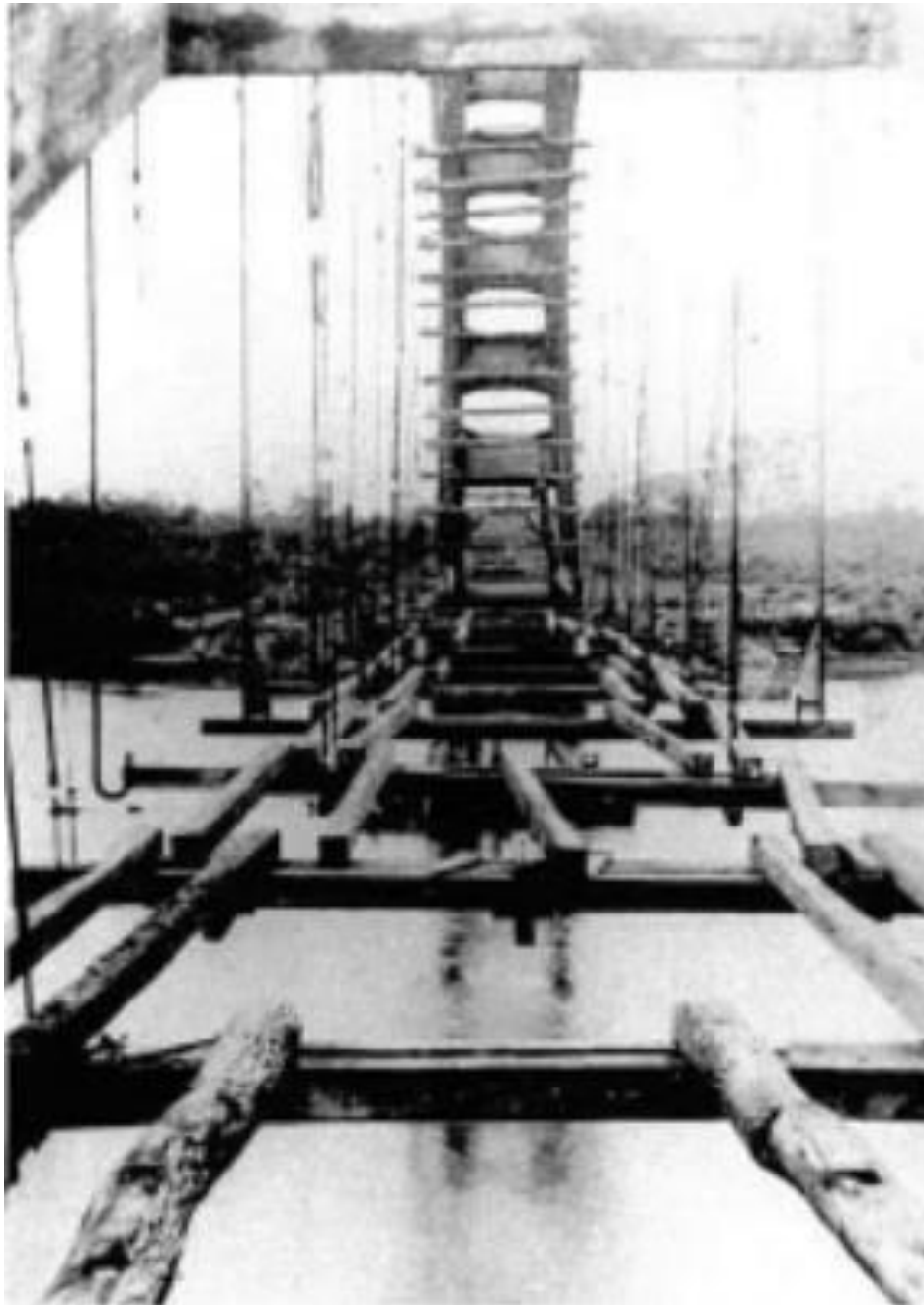
Figuras 38: Travessia por balsa, entre o centro da cidade de Pereira Barreto e a estação ferroviária Lussanvira, 1931



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019.

Porém, quando o rio Tietê transbordava essa travessia se tornava extremamente perigosa, dada a grande movimentação das águas (MONBEIG, 1984).

Figura 39: Construção da ponte Novo Oriente, 1934



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019.

Os administradores das terras colonizadas perceberam a necessidade de nova interferência, segundo Igi (1978), e as providências consistiram na elaboração do projeto, aprovação e financiamento para a construção de uma ponte que faria a ligação do centro à estação (Fig.39).

Ao fabricar a paisagem onde pretende-se estabelecer, é necessário a presença de um substrato favorável, a junção de um território humanizado e do meio ambiente, onde esse substrato é chamado natureza. Na figura 40 observa-se a visita dos imigrantes japoneses ao Salto de Itapura em 1937.

A natureza em Pereira Barreto não foi muito cordial com os desbravadores e colonizadores, pois se tratando de uma densa mata fechada, onde o excesso de calor imperava e a proliferação de doenças abatia essa população. Por outro lado, havia a terra de boa qualidade que mantinha viva a esperança do enriquecimento.

A paisagem também é o vento, a chuva, a água, o calor, o clima, as rochas, o mundo vivo, tudo acerca dos seres humanos: resumindo, todo um meio ambiente cujas evoluções na verdade, são afetadas, mais ou menos, pela ação, a emoção e o pensamento humanos; mas, afinal de contas esse meio ambiente existe e se desenvolve sem o ser humano, estava aí antes dele e sobreviverá a ele de uma forma ou de outra. (BESSE, 2014, p.39)

Figura 40: Imigrantes Japoneses em visita ao Salto de Itapura, 1937



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

A área habitável da superfície terrestre passa a ser o encontro entre o território humanizado e o meio ambiente. Já não há distinção entre paisagem natural e o produto da paisagem social, que hoje é vista como artificial por alguns geógrafos, pois observa-se a transformação da paisagem com a articulação entre todos estes elementos.

Devido aos motivos econômicos, políticos e culturais, neste caso a paisagem não pode ser considerada apenas do ponto de vista estético, pois compreende a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidas por um grupo humano neste lugar. A paisagem é uma escrita na superfície da Terra. É uma obra coletiva das sociedades que transformaram o substrato natural (BESSE, 2014).

Figura 41: Chegada das primeiras máquinas agrícolas na sede da BRATAC, 1945



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

Figura 42: Máquinas agrícolas trabalhando, 1945



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019.

A paisagem considerada como um sistema, antes de tudo é uma totalidade dinâmica, evolutiva, atravessada por fluxos de natureza, que compõem a realidade apresentando morfologias espaciais determinadas: estradas, unidades de povoação, estruturas parcelares e fundiárias, enfim, dentro de um recorte territorial e descontinuidades espaciais. Nas figuras 41 e 42 evidencia-se a importância das máquinas agrícolas na conformação da paisagem e na figura 43, a construção da rodovia.

[...] a paisagem, nas suas espacialidades como nas suas temporalidades, não depende apenas do humano, embora este ocupe uma posição à vezes determinante. Mas deve ser entendida como ponto de encontro entre as decisões humanas e o conjunto das condições materiais (naturais, sociais, históricas, espaciais, etc.) nas quais surge e tenta formular-se. [...] a paisagem pode ser definida como uma realidade material, espaço temporal, organizada em certo sentido, com a qual os seres humanos vão ter de se explicar” (BESSE, 2014, p. 45)

Figuras 43: Construção da rodovia SP-310 trecho Pereira Barreto a Rio Preto, s/d



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br . Acessado em janeiro de 2019

A ciência não é a única maneira de se referir à paisagem, nem mesmo talvez a primeira: a paisagem é primeiramente sensível, uma abertura às qualidades sensíveis do mundo. (BESSE, 2014, p.45)

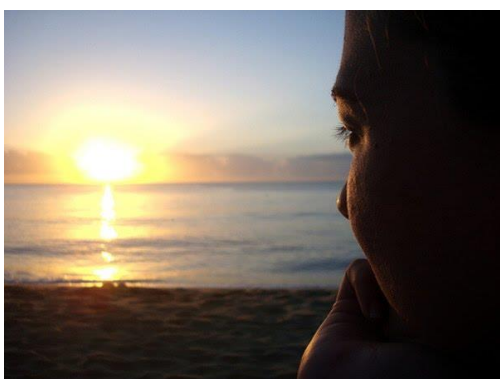
Através dos cinco sentidos percebemos o ar, a luz, a terra, a água. A paisagem, por essa abordagem, se torna mais que uma experiência, um acontecimento sempre diferente, conforme figura 44.

Segundo Besse (2014, p.47) a paisagem é primeiramente vivenciada e somente depois passa a ser descrita ou falada e a descrição vem com sentido de prolongar a experiência vivida.

A experiência da caminhada proporciona a dimensão da relação humana com o mundo e a natureza, a relação direta, física, com os elementos sensíveis ao mundo terrestre.

A paisagem é o nome dado a essa presença do corpo e ao fato de ele ser afetado, tocado fisicamente pelo mundo ao redor, suas texturas, estruturas e espacialidade: há nisso algo como um acontecimento. (BESSE, 2014, p. 47)

Fig.44 – Praia Pôr do Sol- P.B., 2018



Fonte: Acervo da autora, 2018

Fig.45- Bom-Odori, 1978



Fonte: Site www.memorialdosmunicipios.com.br

Acessado em janeiro de 2019

Para que fossem materializadas as memórias coletivas do país de origem dos colonizadores de Pereira Barreto, conforme a figura 45 as suas festas, crenças e tradições foram introduzidas na cidade e dessa forma, foram reconstruídas e compartilhadas as paisagens tradicionais da terra do sol nascente.

Figura 46 : Relógio da praça central em homenagem à imigração japonesa, 1958



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019.

Figura 47 : Templo Japonês com fonte e lago de carpas, reproduzido em menor escala na praça central da cidade de Pereira Barreto, 1958



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019.

Conforme Besse (2014, p.52-53), descrever o experimento de uma paisagem está além da arte. A poesia e a filosofia situam-se mais próximas da sensibilidade paisagística, elevando esse evento a uma total restituição e ao auge da sua realidade. E essa experiência causaria um estranhamento pela implosão das próprias formas.

Figura 48 : Relógio e miniatura do Templo na praça central, 1958



Fonte: João Victor Bertolli Lopes, arquivo pessoal, 2019

Ainda segundo Besse (2014, p.54-56) para analisarmos a paisagem nos deparamos com a paisagem num contexto de projeto. Nesse sentido, o autor apresenta a possibilidade de se construir uma paisagem ao caminhar, onde este ato requalifica o espaço e lhe concede novas qualidades.

No contexto dessa abordagem, conclui-se que tanto arquitetos quanto paisagistas deliberadamente reconstróem a experiência da realidade paisagística dos locais, pois nas duas concepções os profissionais estariam simplesmente restaurando uma base comum e compartilhada, a paisagem. O paisagista trazendo à tona o que estava escondido e o arquiteto deslocando a habitação humana, incluindo a paisagem (BESSE, 2014).

Enquanto os arquitetos querem ordenar ou transformar espaços, os paisagistas intervêm em três direções, compreendendo o solo, o território e o meio ambiente natural. O solo é carregado de informações, pois ele não pode ser considerado um papel em branco, ele é composto de construções históricas, onde existe uma superposição de passados e reserva de energia para o futuro. Por esse aspecto podemos afirmar que os locais têm memória, conforme figuras 46,47 e 48.

Os paisagistas são convocados para realizar trabalhos em locais problemáticos ou modificáveis, levando em conta o encontro entre meio urbano e meio natural, entre a cidade e a natureza. O projeto de paisagem é recriar o que, na verdade, já está ali, o que está presente e não se vê (BESSE, 2014). Para tanto, em novas intervenções na paisagem deveria ser considerada e valorizada a história do lugar.

Figura 49 -- Av. Jonas Alves de Melo, 1924



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Figura 50 - Av. Jonas Alves de Melo, centro da Cidade de Pereira Barreto, 1938



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Figura 51 : Av. Jonas Alves de Melo, centro da Cidade de Pereira Barreto, 2011

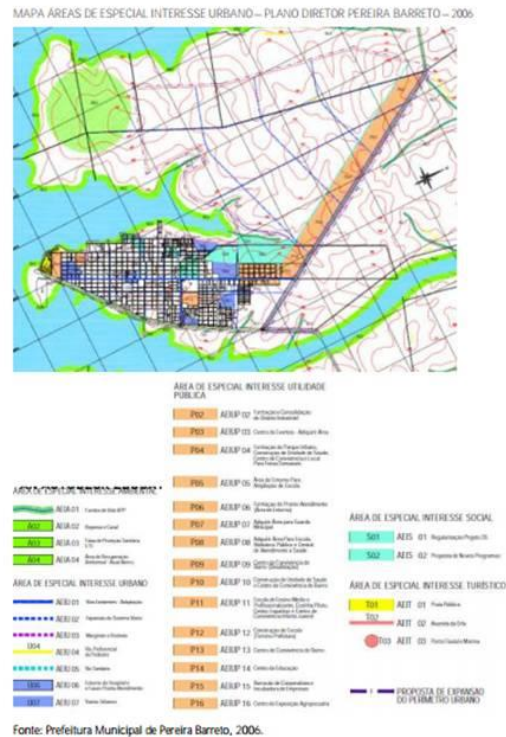


Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

As figuras 49, 50 e 51, demonstram as transformações ocorridas em um mesmo local, a avenida Jonas Alves de Melo, no centro da cidade de Pereira Barreto. O Plano Diretor de Pereira Barreto (lei Complementar n.28/06) propõe a regularização de diversas áreas ocupadas informalmente, no entanto

[...] estende sobre vastas áreas hoje rurais e produtivas um zoneamento de Áreas de Especial Interesse Turístico, promovendo o uso com chácaras de veraneio, conhecidas na região como ‘ranchos’. Estima-se que esse zoneamento chegue a ocupar 50% do município. (SANTORO, 2012, p.211)

Figura 52– Mapa com Área de Especial Interesse urbano – Plano Diretor de Pereira Barreto, 2006



Fonte: SANTORO, 2012, p.213

Após a análise utilizando todas as portas, Besse (2014, p.64) considera que não é possível dizer que uma é verdadeira em detrimento da outra e sim que a paisagem é a conjunção de todos os tipos de análises e de olhares. Ao estudar a paisagem deve-se levar em conta a racionalidade instrumental que são modelos científicos e saberes técnicos; a racionalidade moral que aponta para os valores coletivos, éticos e políticos; a racionalidade estética que se encarrega “da diversidade de formas possíveis do encontro de corpos e das sensibilidades com o mundo” e a racionalidade dialógica, onde se constroem “as orientações e os princípios da vida em comum” (BESSE, 2014, p.64). Verificando as alterações

na paisagem e a qualidade de vida urbana, consideramos importante mencionar algumas questões, que posteriormente poderão ser aprofundadas.

Uma dessas questões seria a resiliência, que segundo Pisani (2017) significa voltar ao estado normal, e é um termo oriundo do latim *resiliens*. A resiliência possui diversos significados para a área da psicologia, administração, ecologia e física. Pode ser explicada como a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum.

Podemos perceber, de acordo com essa afirmação que no caso da resiliência humana, essa superação acontece quando uma ou um grupo de pessoas, são expostos a situações críticas, ficando fragilizados e necessitando de uma adaptação para prosseguirem. Existem tipos de fragilidades, que no caso de Pereira Barreto são tratadas como social ou ambiental, e as mesmas resultarão em uma pseudo "adaptação", pois a adaptação real é composta por um conjunto das modificações através das quais um ser se ajusta às condições do meio ambiente, tentando se acomodar. O pesquisador Douglas Gallo da Universidade Federal de São Paulo, no ensaio sobre Vulnerabilidade Ambiental (2017) entende o binômio vulnerabilidade-resiliência como conceito integrador e multidimensional, e busca reconhecer seu sentido e importância numa discussão de promoção de qualidade de vida urbana. A cidade de Pereira Barreto, em 1927, era um local que não apresentava a mínima estrutura, onde tudo deveria ser construído a partir da chegada desses colonos, vindos do Japão. Em toda a cidade, tudo seria construído a partir da memória que as famílias, que continuavam chegando do outro lado do mundo, traziam em suas bagagens.

Totalmente vulneráveis à terra nova e com expectativas de adaptação, devido ao que era oferecido a estas famílias, eles iam chegando e escolhendo o local onde fixariam residência, pois, no Japão eles compravam um título de propriedade de uma porção de terra, mas, só saberiam qual seria essa "porção", quando chegassem ao local. Havia sido prometido que eles seriam donos da terra em um país livre “de um Imperador Tirano e com seu trabalho nessa terra promissora, tinham a certeza esperançosa de enriquecimento, pois haviam comprado uma terra que era tão fértil, que tinha o valor de ouro em pó”, conforme informações obtidas no depoimento do Sr. Sérgio Massuda a partir de registros de relatos de imigrantes de 1938.

De acordo com Buss (2000), é possível agrupar duas diferentes conceituações, sobre as transformações físicas e comportamentais desses imigrantes. A primeira consiste em atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, focando nos seus estilos de vida, ambientes e territórios onde se encontram, considerando a sua cultura particular, por consequência as ações se dariam no nível pessoal. A segunda vertente sustenta-se no entendimento de que a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados à qualidade de vida, incluindo a alimentação e nutrição, habitação e saneamento, condições de trabalho e oportunidades educacionais, ambiente físico e apoio social, além dos cuidados com a saúde de modo geral, exigindo ações mais globais e abrangentes. Sustentado em dados e fatos históricos, existe tanto a fragilidade da população e da paisagem, quanto à adaptação a que as mesmas foram "forçadas" a aceitar de maneira resistente, para que a cidade continuasse a existir. Essa população de imigrantes havia se desfeito de tudo no Japão para iniciar vida nova em solo brasileiro.

A região do Baixo Tietê era muito cobiçada e valorizada por conta de seus desníveis, pois com investimentos acertados a região se tornaria propícia pois geraria consideráveis fontes de energia através da construção das hidrelétricas. Nessa região já havia sido construída a hidrelétrica de Ilha Solteira, mas a mesma ficava impossibilitada de acionar suas turbinas na época de estiagem. Portanto, foi definido que seria necessária a construção de uma nova hidrelétrica, a de Três Irmãos, localizada na região onde ficava a cidade de Pereira Barreto, para que a água do rio Tietê, represada, servisse para suprir a demanda de água no acionamento das turbinas da hidrelétrica vizinha, na época da estiagem.

As águas do Tietê seriam enviadas para o rio Paraná, para encher a represa de Ilha Solteira, e fazer com que as turbinas funcionassem, e essa água seria conduzida através de um canal que faria a ligação entre as duas represas - o canal Pereira Barreto. (conforme ilustração da página 13)

Em 11 de agosto de 1990, teve início a inundação das terras férteis da cidade de Pereira Barreto, com o fechamento da barragem da hidrelétrica Três Irmãos. Além de lotes residenciais, parte da cidade, pastos e até mesmo a ponte Novo Oriente "aquela que foi um marco na região doada pela colônia Japonesa", foi submersa e repousa com uma coluna d'água de 16 metros, além do ápice de

sua abóboda.² (Informações obtidas no site oficial da Prefeitura de Pereira Barreto, em janeiro de 2019.).

Com relação às atividades econômicas o reservatório inundou 72.725,73 ha de 572 propriedades rurais, desaparecendo pastagens, culturas temporárias e permanentes. O maior impacto sócio-econômico está relacionado com os pequenos produtores, que dificilmente encontram forma de se reestruturar. [...]. No que se refere à fauna e flora houve um alagamento da vegetação natural remanescente e sucessional de 7591,11 ha [...] contribuindo para a perda de ecossistemas e da própria biodiversidade. [...] O impacto sobre a área urbana de Pereira Barreto foi imediato e irreversível, provocando alterações importantes em sua estrutura espacial. (LIMA, 2003, p.19).

Tudo mudou. O desenho da cidade, a paisagem, o clima, a fauna, a flora, a subsistência, o status da cidade, passando de produtor agrícola, pecuarista e minerador, para estância de pesca e polo turístico.

Os moradores precisariam se adaptar a estas novas mudanças.

Poderíamos dizer então que os habitantes da cidade de Pereira Barreto estariam, mais uma vez, numa situação vulnerável? O conceito de vulnerabilidade tem despertado o interesse em diversas áreas do conhecimento. No que diz respeito à área ambiental, a ausência de um consenso e a confusão entre os conceitos de risco e vulnerabilidade ainda persistem, dificultando o pleno entendimento do uso dos termos nos casos que se aplicam.

A vulnerabilidade ambiental pode ser definida como o grau em que um sistema natural é frágil, suscetível ou incapaz de lidar com os efeitos das interações externas. Pode ser decorrente de características ambientais naturais ou de pressão causada por atividade antrópica; ou ainda de sistemas frágeis de baixa resiliência, isto é, a capacidade concreta do meio ambiente em retornar ao estado natural de excelência, superando uma situação crítica (PISANI, 2015).

Tricart (1977) define um sistema como um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia. Esses fluxos originam relações de dependência mútua entre os fenômenos, originando uma entidade global nova, mais dinâmica (unidade eco dinâmica). Esse conceito permite adotar uma

² Informações obtidas no site oficial da Prefeitura de Pereira Barreto, em janeiro de 2019.

atitude dialética entre a necessidade de análise e a necessidade de uma visão de conjunto, capaz de uma análise de atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Ao tratar da fragilidade ambiental, Santos (2007) define sistemas como um conjunto de elementos que mantém relações entre si e onde residem os seres vivos. Elementos como solo, recursos hídricos, vegetação, campos agrícolas, são estruturas do meio que se relacionam através de fluxos e ciclos. Se ocorrer uma perturbação no equilíbrio desses sistemas, as relações do meio podem ser bastante diferentes considerando as características locais naturais e da ocupação humana.

O autor observa ainda que para atendê-lo devemos considerar a resistência e a persistência do sistema. A persistência corresponde à medida de quanto um sistema, quando perturbado, se afasta do seu equilíbrio ou estabilidade sem mudar essencialmente seu estado.

Neste contexto e em uma abordagem mais recente, Figueiredo (2010) conceitua como vulnerabilidade ambiental a suscetibilidade de um sistema à degradação ambiental, considerando:

- A exposição do sistema às pressões ambientais típicas de atividades agroindustriais, avaliada por indicadores que mostram a pressão antropogênica exercida no sistema;
- A sensibilidade do sistema às pressões exercidas, avaliada pelo uso de indicadores que mostram as características do meio físico e biótico próprias de uma região (tipo de solo, clima, vegetação) que já ocorrem antes de qualquer perturbação e que interagem com as pressões;
- A capacidade de resposta do meio, avaliada pela adoção de ações de conservação ou preservação ambiental que reduzem os possíveis efeitos das pressões exercidas.

Assim sendo, são as características e magnitudes de interações ao qual um sistema está exposto, que ditam a fragilidade ambiental deste sistema.

Nesse sentido, considera-se a resiliência, a adaptação e a vulnerabilidade como um trinômio, sendo que o conceito como um todo, teve início com a ecologia entre as décadas de 1960 e 1970 com os estudos dos sistemas ecológicos e suas respostas funcionais a distúrbios e mudanças de regime em contraponto à teoria da estabilidade ecológica (HOLLING,1973; FOLKE, 2006). Esta definição

ramificou-se, transformou-se e foi se completando aos poucos ao longo dos anos e ainda guarda diferenças em seu significado, dependendo do campo disciplinar no qual é aplicada.

No início do século XXI o termo resiliência ou resistência passou a ser utilizado em outras esferas de saberes, como por exemplo, nas ciências sociais, na engenharia de previsão a desastres, na arquitetura da paisagem e na ecologia urbana.

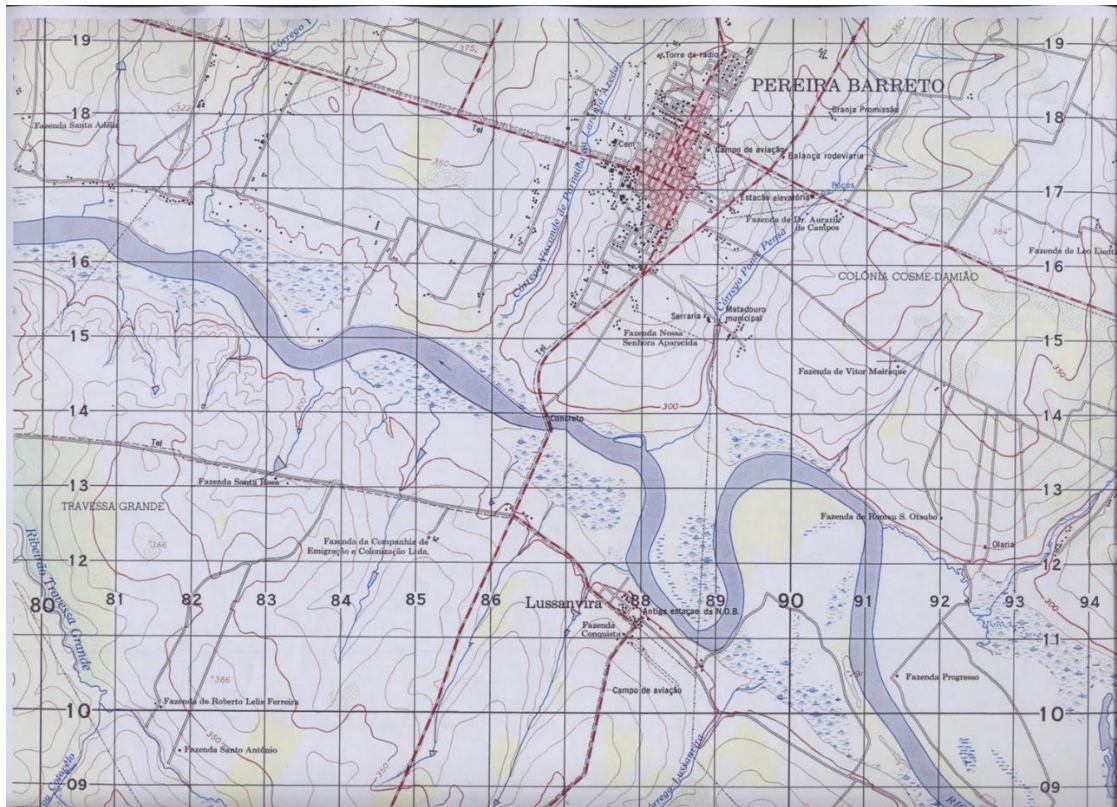
Como as definições passaram a considerar as habilidades de reorganização e recuperação para além da capacidade de resistir às ameaças, impactos e perturbações, as mesmas definições passam a se referir aos sistemas como sócio ecológicos e sócio ambientais.

Em síntese, vários autores chegaram a uma definição expandida sobre a resistência dos sistemas, podendo defini-la como a capacidade adaptativa de um sistema para absorver ameaças e impactos, reorganizar-se e recuperar-se em face às transformações e mudanças de regime, mantendo sua estrutura básica, funções e identidade (HOLLING, 1973; FOLKE, 2006; WALKER & SALT, 2006; AHERN, 2011; EHRLICH et al., 2012).

Pode-se observar que tanto a paisagem, quanto a população de Pereira Barreto/SP utilizou de superação desde o momento da colonização Japonesa, pois em estado de fragilidade, os imigrantes precisaram se adaptar a todas as condições adversas e mesmo que, por imposição e sem informação sobre as consequências de todas as intervenções por que passariam na cidade, retomaram seu cotidiano e reescreveram suas memórias.

Hoje a população mais antiga, descendente dos primeiros imigrantes, após a readaptação às novas formas de morar, trabalhar e transitar pela cidade, conta com saudosismo, nas rodas de amigos, as peripécias da época áurea da Ponte Novo Oriente, onde a prainha reunia vários grupos de familiares para apreciarem o nascer e pôr do Sol, às margens da nova terra do “sol nascente”.

Fig.53A – Contorno do Rio Tietê, 1984



Fonte: IBGE, 2019.

Fig.53B – Contorno do Rio Tietê, 2018



Fonte: mapa do Google Earth, 2018.

A figura 53, nas partes A e B apresenta o contorno do rio Tietê em dois momentos distintos. Na parte A, podemos observar o contorno original do rio, que estava na cota de nível 298 . Possuía dois córregos nas proximidades do núcleo urbano, a direita o córrego da Laranja Azeda e à esquerda o córrego da Ponte Pensa. Várias fazendas estavam localizadas na área rural bem próximas ao contorno do rio, além de dois campos de aviação, um localizado na área central da cidade e outro ao lado da estação ferroviária Lussanvira. O matadouro Municipal, encontrava-se junto ao córrego da Ponte Pensa. A ponte Novo Oriente, também na parte A, localizava-se no ponto de menor distância entre as margens do rio Tietê. Já a Casa Murai e o bairro Cooperativa localizavam-se as margens do córrego Laranja Azeda. Na parte B da figura 51, observamos o represamento do rio a partir da Hidrelétrica Três Irmãos, onde o contorno do rio foi drasticamente alterado. Todos os pontos elencados acima ficaram submersos e o nível do rio passou para a cota 330.

Até o brasão da cidade sofreu alterações devido a reinterpretação dos principais elementos da paisagem. O brasão antigo representava o poder da pecuária na região, já o atual, representa toda a alteração sofrida, onde a água passa a ser o foco principal, tanto na geração de energia, quanto para transporte e turismo náuticos.

Figura 54 – Brasão de Pereira Barreto

Brasão antigo

Brasão atual



Fonte: GONÇALVES, 2009, p.172

Figura 55 – Localização das edificações em Pereira Barreto, antes do alagamento

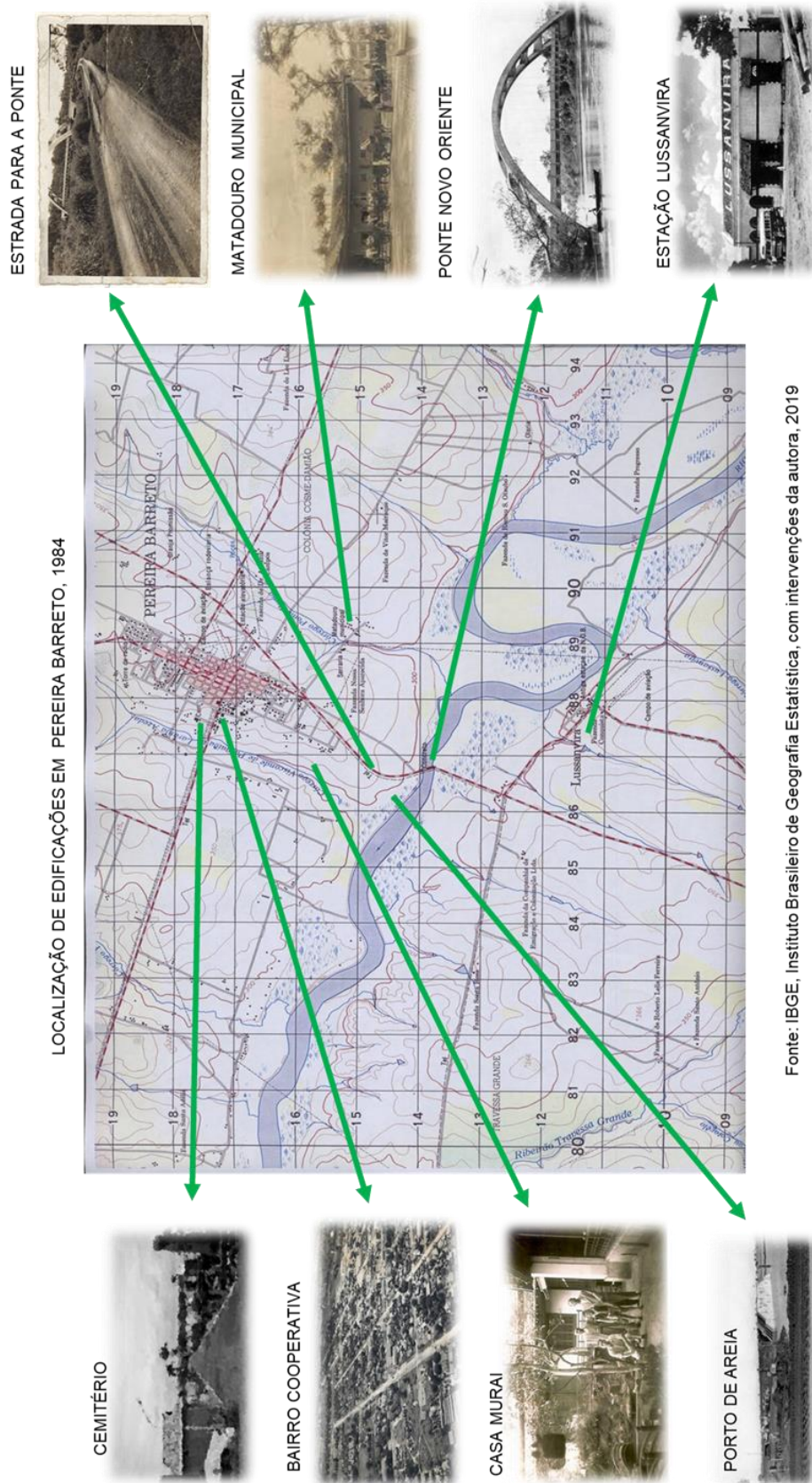
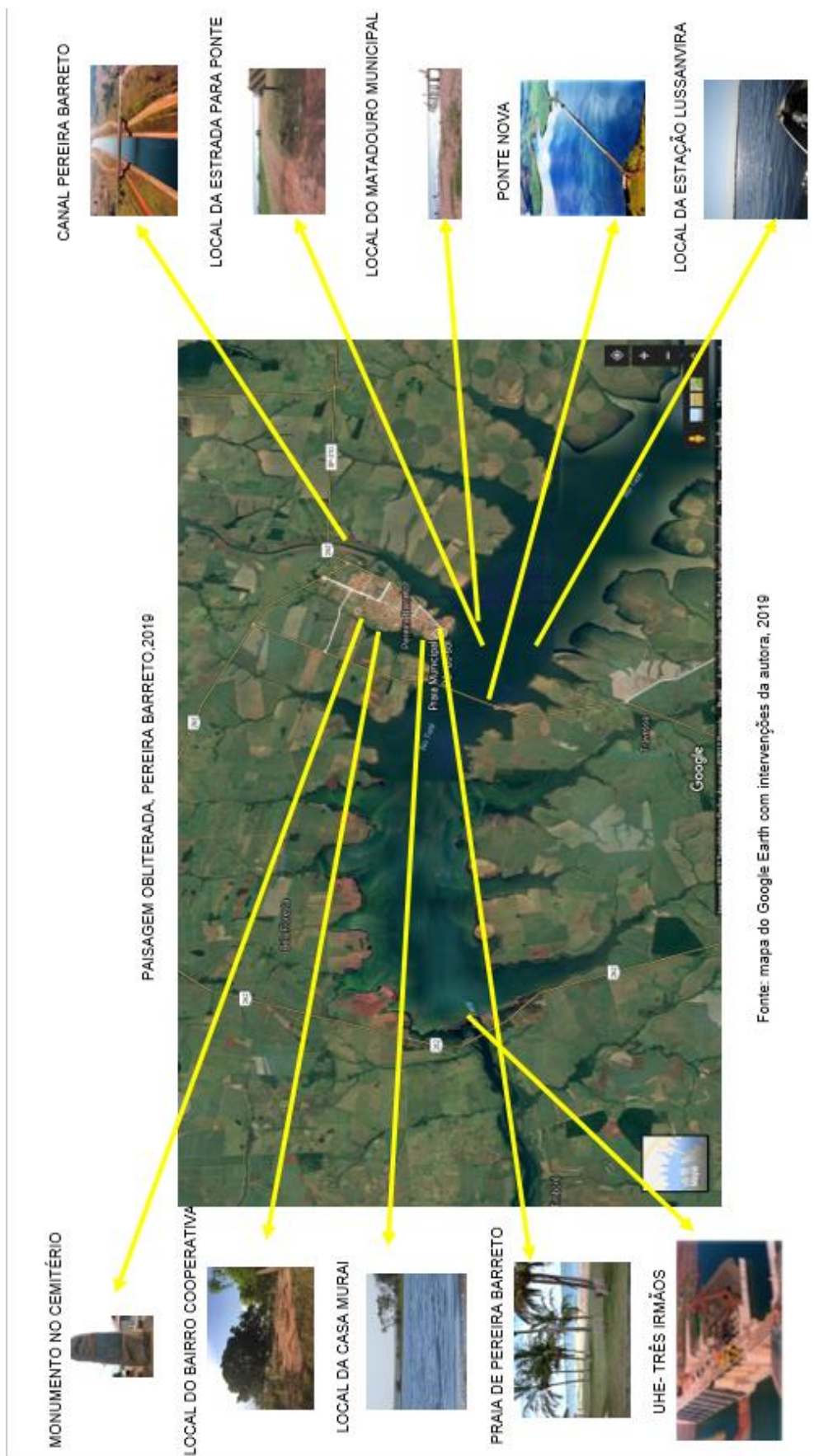


Figura 56 – Paisagem obliterated



Para a análise das intervenções nas figuras 55 e 56, Bartalini (2018) , em sua tese sobre Paisagens Surgentes, nos mostra que:

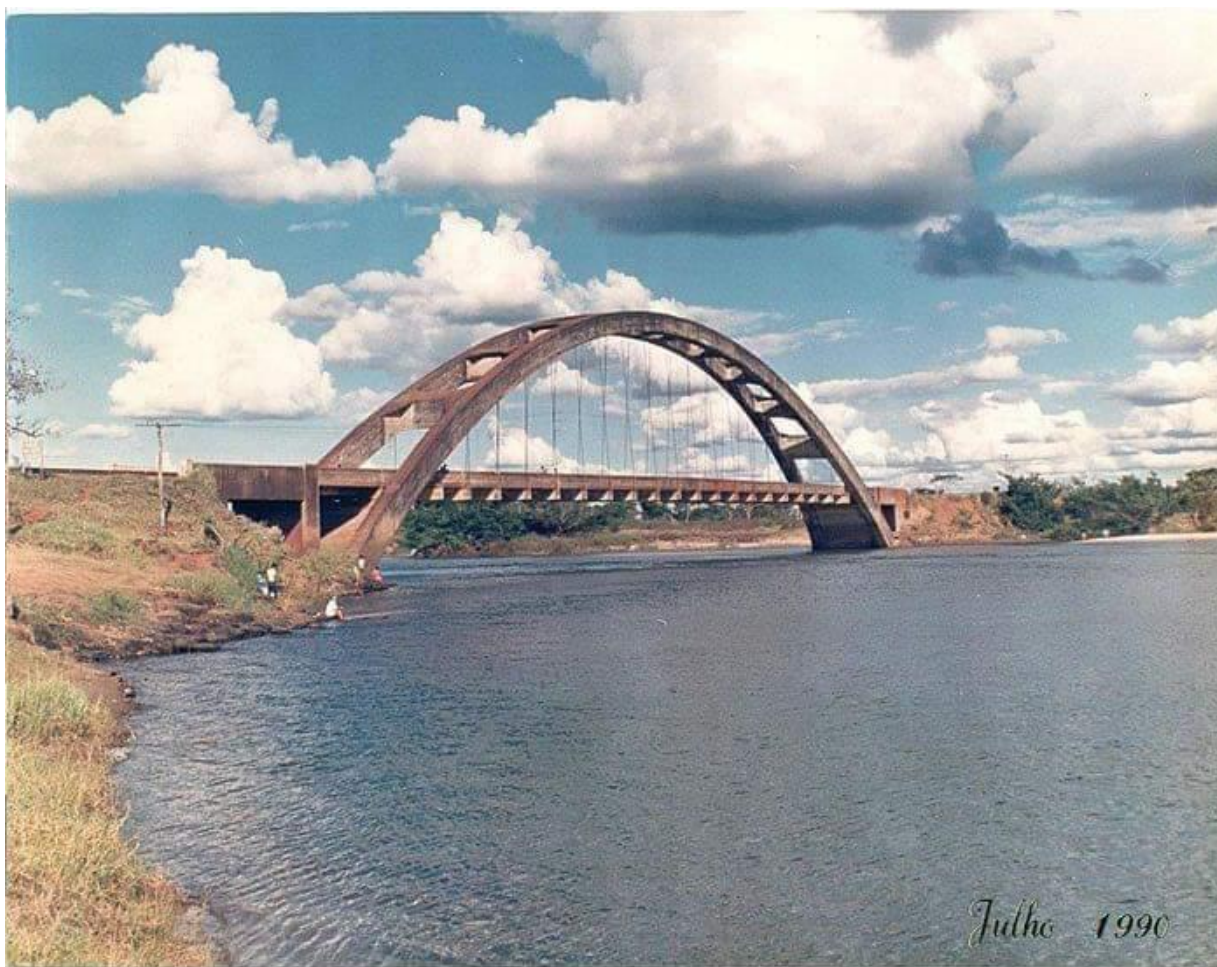
..." se, apesar de obliterada, a natureza emite sinais que nos tocam, cabe dar-lhes expressão paisagística, mesmo em condições adversas. Para que essas expressões não se limitem a simulacros e estereótipos, propõe-se recuperar o frescor das primeiras manifestações, recorrendo as instigações poéticas da imaginação material."(BARTALINI, 2018, pag.09)

A figura 55, foi utilizada para recriar a memória de uma paisagem que não existe mais. As águas do rio Tietê, quando represado, fizeram várias edificações existentes desaparecerem. Dessa forma, os pontos acentuados na figura foram obliterados, isto é, eliminados.

Na figura 56, foram destacadas as alterações que essa paisagem sofreu. Onde haviam construções, hoje existe água e a lembrança de alguns poucos habitantes que ainda tentam preservar a história da cidade de Pereira Barreto.

Conforme informação do Sérgio Massuda, diretor do Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, a paisagem mostrada na figura 57, foi registrada em 1990 por um morador da cidade e doada ao Museu, para que pudesse ser lembrada pelas novas gerações de moradores, que infelizmente não tiveram o privilégio de apreciá-la.

Figura 57 - Ponte Novo Oriente antes do alagamento, Julho/1990



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

CAPÍTULO 3. FATOS E MEMÓRIAS

A palavra memória é oriunda do latim – *memoria* e é definida como a faculdade psíquica através da qual se consegue reter e (re) lembrar o passado. Como Ecléa Bosi discorreu, as lembranças têm assento nas pedras da cidade que enquanto permanecem, sustentam a memória. Quando os lugares desaparecem, permanece em nós como carência.

Podem arrasar a casa, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens. [...] À resistência muda das

coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo. (BOSI, 1994, p.452)

Partindo desse princípio, percebe-se a importância do armazenamento de fatos para a criação de memórias.

Sobre os fatos que alteraram significativamente a paisagem da cidade de Pereira Barreto, foram construídas memórias e as mesmas passadas de pais para filhos no intuito de não se perderem com o tempo.

Figura 58- Ponte Novo Oriente durante o período de alagamento, agosto/1990



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

As figuras 58 e 59 demonstram momentos da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, as fases da inundação e a ponte Novo Oriente sendo engolida pelas águas do Tietê, o que nos leva a citar Bosi (1994)

[...] 'lembrar-se' em francês *se souvenir*, significaria um movimento de "vir" "de baixo": *sous-venir*, vir à tona o que estava submerso. Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção: aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais,

das quais retemos então apenas algumas indicações, meros 'signos' destinados a evocar antigas imagens. (BOSI, 1994, p.46. Grifo da autora)

Figura 59 - Ponte Novo Oriente fase final do alagamento, Outubro/1990



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

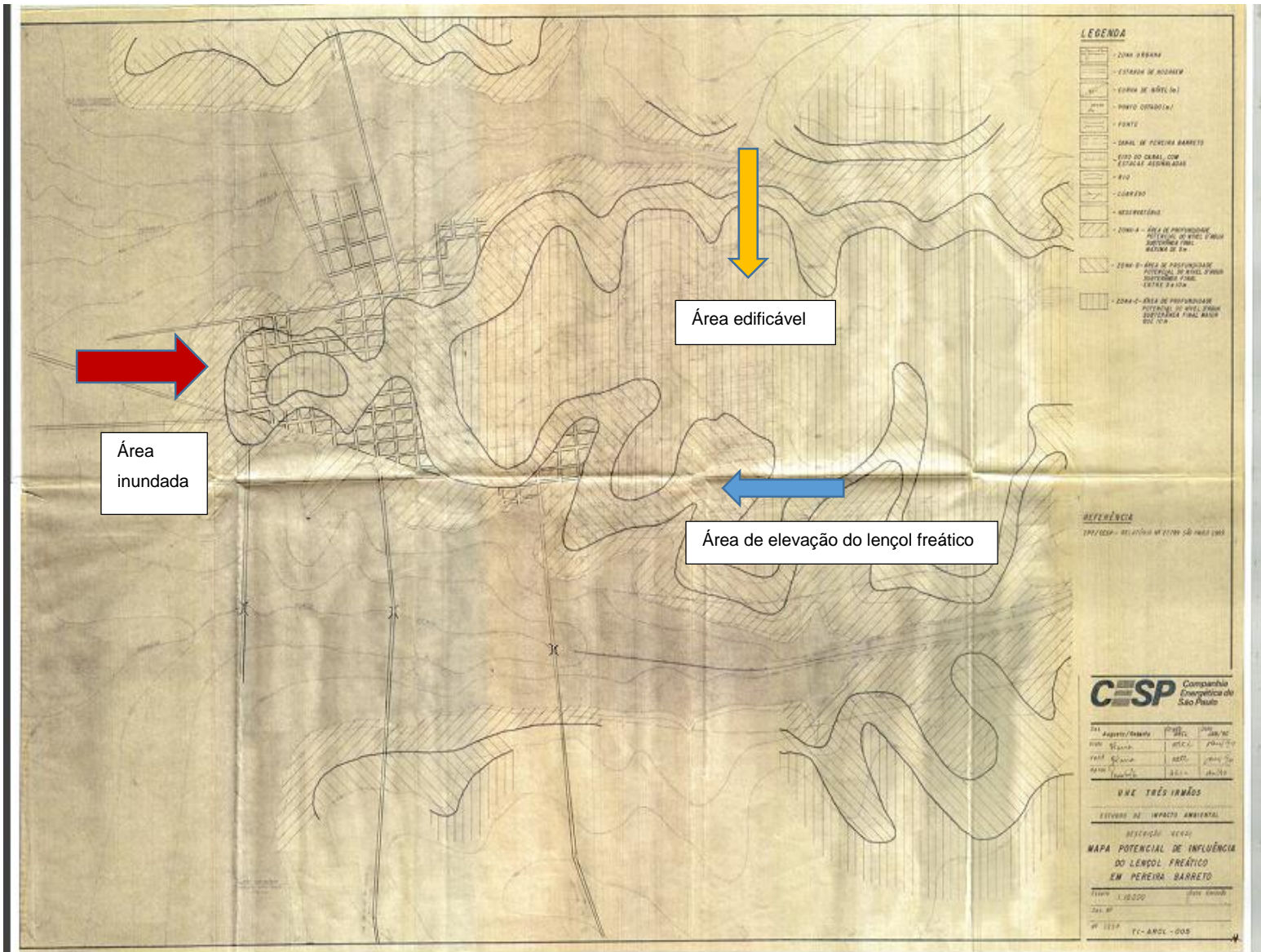
Já a figura 55 demonstra através de um mapa da CESP os seguintes pontos:

- o aumento do nível da água;
- as áreas inundadas pelo fato da cota de inundação ter subido de 298, para a cota 330;
- as áreas onde houve elevação do lençol freático e as áreas próprias para edificação.

A figura 56, refere-se a uma foto aérea de um vôo realizado pela CESP sobre o reservatório da UHE- Três Irmãos, apresentando a nova ponte que foi construída devido a antiga ter ficado submersa.

Na figura 62, é apresentado um mapa do reservatório com a localização das 2 pontes. A Ponte Novo Oriente submersa e a Ponte Nova, marcadas com setas.

Figura 60: Mapa da cota de inundação, 1989



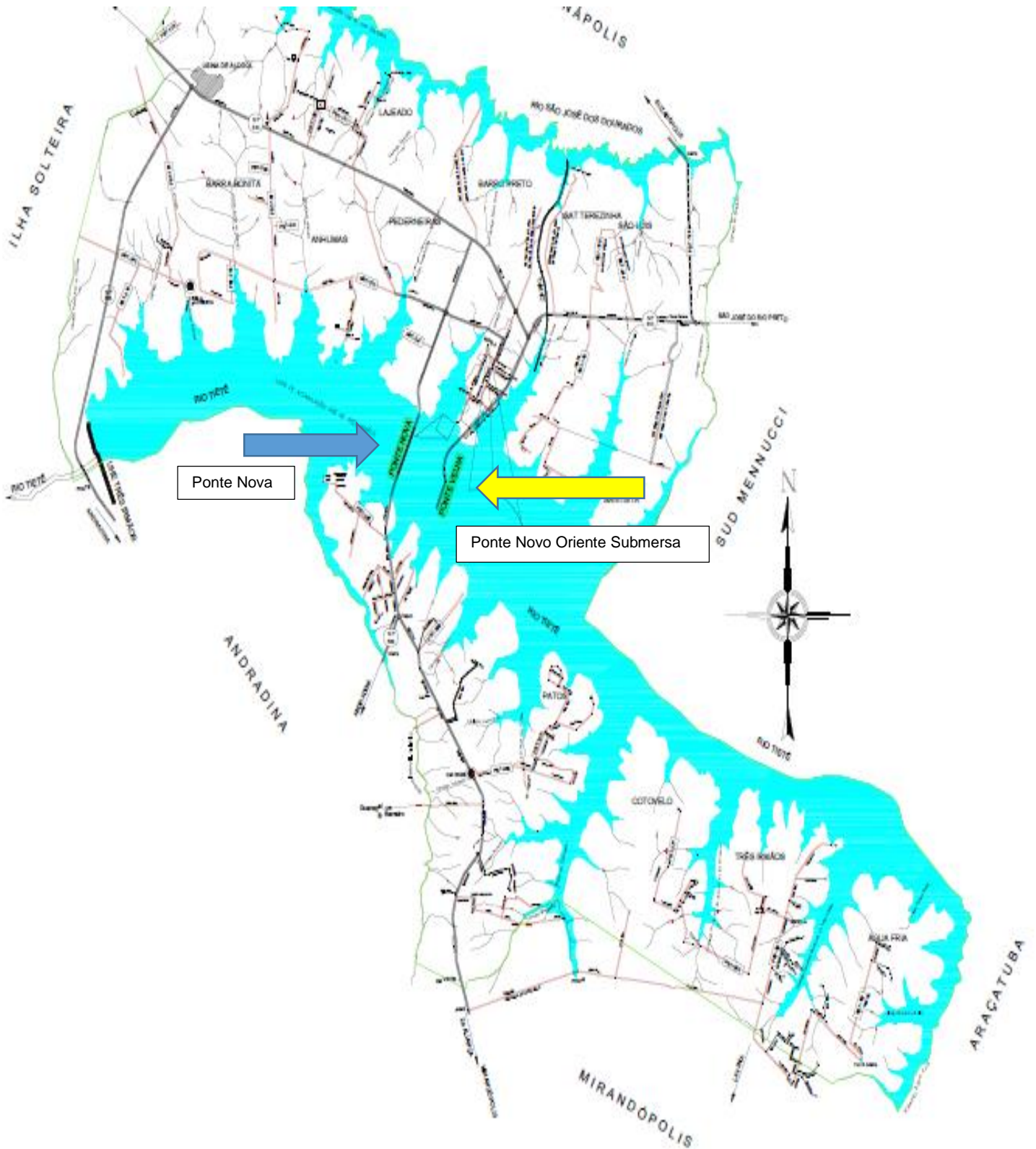
Fonte: Relatório de estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA) CESP- Companhia Energética de São Paulo, 1989 (2019), com intervenções da autora.

Figura 61: Foto aérea do lago da Usina Três Irmãos com a nova ponte, 2009



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018

Figura 62: Mapa com a localização das pontes, 2006



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2018, com intervenção da autora.

3.1. ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE - FATOS

Nos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA's, a etapa de viabilidade é condensada em três fases: levantamento básico, prognóstico das condições emergentes e manejo ambiental. Porém, os levantamentos básicos caracterizam-se pela fragilidade de conteúdo e a de prognóstico pela omissão de impactos, somando-se a isso uma visão de previsões subestimadas, em detrimento da percepção que as populações têm destes impactos sobre elas e as consequências sobre o seu próprio universo (TEIXEIRA et al., 1998).

É possível ser acrescentado a este fato de que a maior parte da população não é instruída sobre os reais danos que irá sofrer, principalmente em longo prazo, implicando na reestruturação socioeconômica da região afetada, apresentando a descaracterização da economia primária, que era a principal no caso analisado de Pereira Barreto/SP.

As diferentes metodologias utilizadas para a realização dos Estudos de Impactos Ambientais (E.I.A.) continuam

[...] dando ênfase exagerada aos aspectos físico-químicos e biológicos, deixando as dimensões sociais e humanas numa posição periférica, lançando por terra as importantes contribuições trazidas pela ecologia, esquecendo de que o homem não só é parte do ecossistema natural como, atualmente é o principal agente de alteração do mesmo. (COLITO, 1999, p.07).

Um grande problema enfrentado durante a análise de um EIA (estudo de impacto ambiental) é de natureza estratégica e não técnica, pois o processo de elaboração desses estudos, tende a ocorrer em uma etapa tardia em relação a todo o processo de planejamento e à definição de empreendimentos específicos, tornando-se “difícil assegurar que todas as alternativas possíveis tenham sido avaliadas adequadamente” (EGLER, 2002).

De acordo com as entrevistas realizadas com os moradores da cidade de Pereira Barreto, o processo de Licenciamento Ambiental deveria ter sido uma oportunidade para que os membros da sociedade pudessem ter se organizado e discutido, de forma democrática e transparente, com os empreendedores de

projetos impactantes ao meio ambiente, alternativas sustentáveis e ecologicamente corretas, além de promover o pleno exercício da cidadania de toda a população atingida.

Ao invés disso, os interesses governamentais e empresariais atropelaram o processo, fazendo com que os instrumentos de Gestão e Política Ambiental, as EIAS-RIMAS e audiências públicas se transformassem em etapas burocráticas, e tendo como resultado final a aprovação dos projetos, sem nenhum questionamento. Além do mais, a utilização do termo “fato consumado” burla a cidadania e o direito da sociedade à qualidade de vida e ao meio ambiente ecossustentável (ROMERO, 2002).

Na época da construção da hidrelétrica Três Irmãos, houve a ausência de um fórum local e desconhecimento da população acerca dos impactos a serem perceptíveis em longo prazo, principalmente por estarem relacionados a termos estritamente técnicos, onde o conteúdo não gerou oportunidade de discussão por parte da população sobre a influência da usina hidrelétrica. Em consequência dessa ausência de discussões houve a respectiva aprovação dos órgãos responsáveis pela legislação e execução sem qualquer interferência sobre o caso.

Segundo entrevistados, de uma forma geral, durante a construção da usina UHE, houve uma redução significativa de famílias na zona rural da cidade (devido à redução de áreas produtivas) . Na zona urbana, a diminuição da população se deu em função de um grande número de pessoas mais qualificadas, que deslocaram-se para outras regiões empreendedoras usineiras. É necessário deixar evidente que a oferta de empregos na usina, aconteceu, porém, foi apenas durante a construção do empreendimento, onde pessoas não qualificadas iam procurar empregos temporários.

Após o término da construção, tanto a população de classe mais baixa, quanto a de classe alta emigraram para outras regiões, restando na cidade a classe média.

Neste período histórico para o município, houveram muitas perdas agropecuárias (redução de pasto, da produção agrícola, desânimo de produtores), além de pontos culturais/históricos, (citados anteriormente), como áreas agrícolas, cachoeiras, a “Ilha Seca” (local de lazer e área de reserva

natural), a “ Casa Murai” (propriedade particular de visitação, construída com base na arquitetura colonial japonesa), a ponte “Novo Oriente” (construída com recursos do Japão), entre outros.

As negociações existentes após a construção da UHE restringiram-se principalmente à construção da nova ponte e a implantação da Casa da Cultura municipal. A perda de caminhos existentes após o alagamento do reservatório também foi destacada em conversas com as pessoas de mais idade que ainda residem na cidade, observando que com a implantação de novos acessos, acabou acarretando um percurso maior para os produtores, aumento nos custos de transporte e conseqüentemente o crescimento do desemprego.

Outro problema apontado foi a alteração existente nas edificações locais, (ilustrada pelo mapa da Cesp, figura 60), causando rachaduras provenientes do aumento de nível do lençol freático, o que pouco foi resolvido pela CESP, com ações de ressarcimento e construção de casas populares.

Após a construção da usina, não houve crescimento para o município em termos de geração de empregos, indústria e comércio, entrando o comércio em declínio. Em relação às perdas de propriedades, as pessoas com maior influência política foram indenizadas, após um período de 3 a 4 anos. De acordo com informações obtidas com a Chefe de Gabinete do Prefeito da atual gestão (2016-2020) , ainda algumas famílias, após 29 anos, brigam judicialmente por indenizações. Ainda que a concessão de uso da Usina não esteja mais sob a direção da CESP, a mesma é quem deve ressarcir monetariamente essas ações. A CESP informou à prefeitura de Pereira Barreto que deixará as ações chegarem em última instância, logo a prefeitura deduziu que a Cesp terá mais alguns anos de recursos.

O fato da ausência de escritura em área de posse fez com que muitas pessoas fossem realocadas sem o documento de propriedade, acarretando limitação de financiamento junto às instituições bancárias para futuras benfeitorias. Isto também ocasionou a emigração da população para outras regiões.

Deve-se ressaltar que algumas das atividades promissoras para o desenvolvimento econômico foram transformadas e até extintas, levando a um desequilíbrio socioeconômico, desestruturando a economia e regredindo o tamanho da população.

Com base nas informações do IBGE (2000), as atividades econômicas que decresceram significativamente, foram a agropecuária, pesca e extrativismo vegetal (mais afetadas), com uma redução de 154%, devido a grande área inundada pela cota do reservatório da usina, limitando tanto a área de produção quanto a produtividade de bens de consumo. Essa região possuiu forte destaque na cadeia de leite e hortifruticultura, além de uma grande produção de cereais (grãos). Toda essa produção esteve diretamente proporcional às atividades industriais, ocasionando num período de 10 anos uma queda de 193% neste setor.

Tabela 02 - Atividades econômicas (nº pessoas envolvidas) e população residente, nos anos de 1980 e 1991 no município de Pereira Barreto/SP.

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1980	1991	2000
Agropecuária, pesca e extrativismo vegetal	7187	2827	*Não houve previsão
Indústria da construção	5248	3150	*Não houve previsão
Outras atividades industriais	4465	1526	*Não houve previsão
Comércio de mercadorias	2505	2277	*Não houve previsão
População Residente	46366	24743	24680

Fonte: IBGE (1980, 1991 e 2000).

Conforme informações cedidas pelo IBGE, não houveram previsões nos itens, agropecuária, pesca e extrativismo vegetal, indústria da construção, atividades industriais e comércio de mercadorias, pois a pesquisa do IBGE, tornou-se restrita aos Estados à partir do ano 2.000.

Considerando-se todas as informações obtidas com base nos questionamentos com a população, e confirmadas pelos dados do IBGE (Tabela 2), não há dúvidas de que houve a regressão populacional do município no período pós-operação da hidrelétrica.

A maior parte dos impactos negativos foi de forma permanente, tornando irreversíveis as alterações da paisagem. Em resumo, os efeitos indiretos da obra contribuíram para a desaceleração do desenvolvimento tanto local, quanto regional, descaracterizando as condições de vida da população local.

A influência positiva, segundo a CESP foi a inserção do turismo no município, influenciado pelas praias que tiveram sua origem a partir do represamento das águas do rio Tietê, para a formação do reservatório da usina e pela própria obra que atrai muitos curiosos, pela grandiosidade estrutural.

Pereira Barreto passou a ser conhecida como Estância Turística de Pereira Barreto-SP, mas segundo matéria sobre pontos turísticos no Estado de São Paulo, realizada pelo Jornal O Estado de São Paulo (1999), "... o município ficou ilhado, ganhou rio artificial, aumentou a oferta de pescado; mas encontra muita dificuldade para desenvolver o turismo".

Na implantação de obras hidroenergéticas existem custos sociais e ambientais não previstos, provindos da inundação de vastas áreas, da realocação da população, dos conflitos socioculturais e muitos outros a enumerar. O homem através de sua organização social é que determina a modalidade de alteração do meio natural (JONG,1993).

Quanto aos impactos sociais, as pessoas foram deslocadas e nem sempre indenizadas de forma satisfatória, pois quanto maior o deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados.

Carmo (2002) dissertou sobre os reassentamentos construídos pela CESP na região do Pontal do Paranapanema, para as pessoas residentes em áreas que foram inundadas. Os moradores afirmam se sentir "isolados", "confinados" em um local "fora de mão". A extinção dos caminhos antigos é uma das principais queixas, pois cria dificuldades para comunicação entre os assentamentos e as áreas urbanas. Observa-se a falta de sensibilidade dos técnicos da CESP no planejamento dos assentamentos, impondo elementos culturais urbanos de relacionamento com o espaço e a paisagem em substituição de um estilo de vida tradicionalmente rural e adaptado à realidade da paisagem ribeirinha.

Nesse sentido, Sabbag (2006) considera que grandes projetos são geradores de novas regiões e quando o fator social não foi reavaliado, acarreta o

descompromisso, caracterizando o subdesenvolvimento progressivo, como é o caso da cidade de Pereira Barreto/SP, diminuindo consideravelmente suas atividades econômicas que eram fontes geradoras de divisas para o município.

3.2. MEMÓRIAS

Conforme a cronologia apresentada abaixo, é possível observar que os impactos ao meio ambiente, foram desenhados com o passar dos anos. Segundo o texto do EIA -Estudos de Impacto Ambiental, de 1989, as pesquisas para implantação de uma nova hidrelétrica, já vinham sendo feitas pela CESP- Companhia Energética de São Paulo, com a preocupação focada no aumento da produção de energia para o país. Somente após um intervalo de mais de uma década, é que os órgãos responsáveis por avaliar os impactos e mitigar os danos causados ao meio ambiente, regulamentaram esse tipo de pesquisa para implantação de novas unidades geradoras de energia hidrelétrica.

1970 – Início das pesquisas de viabilidade para a construção da Hidrelétrica Três Irmãos

1981- Início da Construção da Hidrelétrica Três Irmãos

1986- Aprovada a resolução que obriga os estudos de impacto ambiental em áreas que sofrerão com o alagamento por reservatórios de usinas hidrelétricas. A partir dessa resolução a CESP- Companhia Energética de São Paulo se vê obrigada a adiantar os procedimentos padrões para informar e documentar as áreas futuramente alagadas pelo reservatório

1987- O poder público e posteriormente os cidadãos de Pereira Barreto, são informados sobre a obra de construção da usina e das áreas que farão parte do reservatório

1989 - São iniciadas as pesquisas e os registros de todas as áreas que serão alagadas. Foi constatado que Pereira Barreto seria o único município que teria parte da área urbana submersa pela criação do reservatório. Além desse inconveniente, outras áreas seriam afetadas e nestas áreas estavam localizados monumentos históricos, sítios arqueológicos e arquitetônicos, pontos específicos da cultura japonesa, grandes áreas agricultáveis, parte de um cemitério, um

bairro inteiro, a antiga estação ferroviária de Lussanvira e a ponte Novo Oriente, um marco no desenvolvimento da cidade.

1990 - No início de agosto as comportas da usina foram fechadas e iniciou-se o alagamento, onde o mesmo teve por finalidade elevar da margem do rio da cota 298 para a cota 330.

Em Outubro de 1990, a ponte Novo Oriente, foi totalmente submersa, porém, a água continuou subindo e atingiu, mais 14 metros de altura acima do ápice da abóbada da ponte.

Os moradores da cidade passaram a se relacionar com o rio de uma forma diferente, pois logo após o reservatório ter atingido seu nível máximo estimado, a população passou a usar a outra ponte, que foi construída, antes mesmo do início do alagamento.

Segundo informação obtida com o arquiteto Rogério Arruda (2019), residente na cidade de Pereira Barreto, a distância para que a ponte fosse atravessada era de 120 metros, e após a inundação, além da população precisar enfrentar 10.000 metros de desvio, até a Ponte Nova, a mesma contava com 2000 metros de comprimento para a transposição do reservatório e mais 700 metros de aterro, sendo 350 metros de para cada lado, totalizando 12.700 metros. Resumindo, de 120 para 12.700 metros.

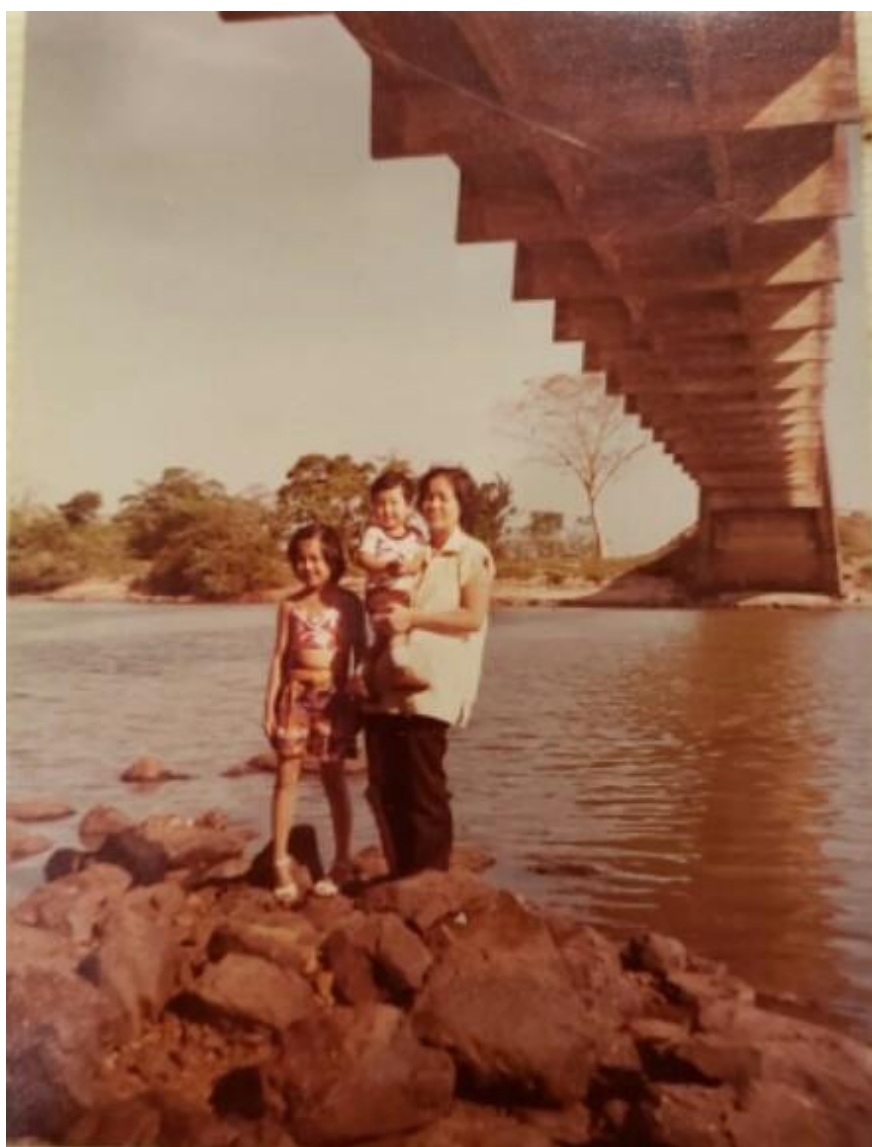
Os impactos no município de Pereira Barreto não foram sentidos somente na esfera ambiental. Segundo depoimentos de moradores, a relação com o rio foi totalmente alterada.

Para a Sra. Santilha, 83 anos, residente em Pereira Barreto desde 1946 a paisagem passou por uma transformação, pois *“havia uma paisagem agrícola, pequenas cachoeiras, córregos em volta da cidade e hoje a paisagem é para o turismo, pesca e cana de açúcar e a cidade não foi adequada para receber turistas”*.

A Figura 58, gentilmente cedida pela Sra. Adriana Sanae, 43 anos, fez com que a mesma relembresse os passeios que fazia com seus familiares até a praia da Ponte Novo Oriente, momentos que relatou com imenso saudosismo e pesar, pela perda dessa paisagem por muitas vezes retratada por seu pai, um senhor que além de fotógrafo, ajudava muitas pessoas da cidade e de outras cidades próximas com a prática de aplicação de Ventosas, Do-in e Shiatsu, modalidades

alternativas da medicina oriental. A mesma explicou que as prefeituras das cidades próximas, traziam os pacientes até a casa onde a família morava, para que seu pai realizasse as aplicações e os atendimentos. Com o aumento do nível da água do Rio Tietê e a total submersão da ponte, a distância percorrida dentro da cidade para que os pacientes pudessem continuar seus tratamentos passou de 11 km para 68 km. Essa era a distância que precisavam percorrer para acessarem a Ponte Nova, para a travessia.

Figura 63: Família Sanae em passeio dominical, Praia da Ponte Novo Oriente, Pereira Barreto-SP/1986



Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Adriana Sanae, 2019

Em entrevista³ com a Sra. Claudia Garcia Prado, 47 anos, residente na cidade desde seu nascimento, fiz uma série de perguntas, das quais ela respondeu prontamente, porém, sua filha Gabriela, de 19 anos que estava ao lado da mãe, mostrava-se crédula aos comentários da mãe, mesmo sem ter vivenciado os fatos. A Sra. Claudia relatou a importância de guardar registros fotográficos da época, para poder apresentar para as próximas gerações, as belezas da paisagem da cidade, antes do represamento das águas. Perguntei como o poder público tratou a questão da desapropriação das terras, e a resposta foi categórica “ *fomos obrigados a deixar nossas casas, total descaso da prefeitura, não fomos consultados, simplesmente avisaram pela rádio local que deveríamos sair e pronto. Minha família tinha condições financeiras para se mudar, mas e quem não tinha? Mandaram as pessoas para assentamentos que pareciam campos de refugiados, foram abandonados. Meus pais ficaram muito tristes com a situação, mas deram um jeito de abrir um comércio no centro da cidade. Minha mãe chorou no dia que a ponte morreu afogada, era assim que ela falava. A ponte facilitava o acesso a outras cidades, além de ser um dos cartões postais da cidade, como a casa do Murai San, outras residências e fazendas próximas. ”*

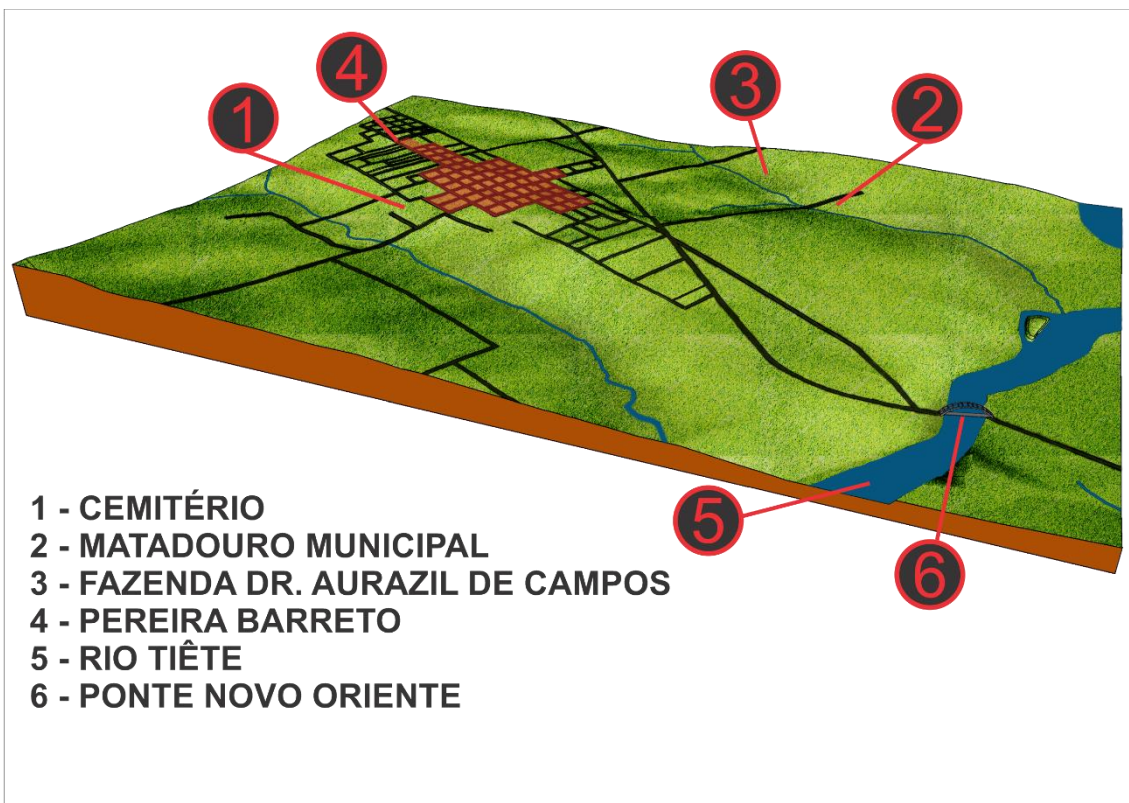
O Sr. Wilson Garcia Prado, pai da Sra. Claudia, chegou na praça central da cidade enquanto conversávamos e também quis comentar sobre os acontecimentos. Nascido em Pereira Barreto, no ano de 1946, o Sr. Wilson contribuiu com informações muito pertinentes. Ele disse que “ *a ponte fazia parte da cidade, era a história de Pereira Barreto indo por água abaixo. O comércio diminuiu muito, sofremos muito, a ponte era entrada de pessoas na cidade e saída fácil para as mercadorias, olha moça, precisei de coragem para continuar com nosso pequeno negócio. Fazendeiros, meus amigos, perderam 150 alqueires de terra, era uma sensação de perda terrível. Muitos amigos foram embora da cidade, outros mandaram seus filhos para o Japão. Eu que nem sou japonês fiquei com vontade de ir para o Japão, só que eu ia ter um outro problema se fosse, não gosto de peixe cru, ...risos...ia ensinar a japonesa a comer churrasco.*”

³ O modelo de questionário que foi aplicado como roteiro de entrevista encontra-se no Apêndice, sendo que o modelo de TCLE- Termo de consentimento livre e esclarecido, encontra-se no Anexo.

A partir de documentos, mapas e dos depoimentos dos moradores foi possível elaborar as figuras 64 e 65, onde pode-se visualizar as alterações na paisagem a partir do represamento do rio Tietê, lembrando que é, conforme Bonésio (2011)

[...] necessário ampliar a ideia de comunidade para alargá-la àquele complexo vivo que é a “natureza” de um lugar, como também a todas as formas de presença material (arquitetura, obras de cultivo, etc.) e espiritual (tradições, saberes locais, ritualidade, símbolos) das gerações precedentes sedimentadas num lugar, envolvendo também os que hão de vir, [...] como um patrimônio a transmitir de modo integral. [...] proponha salvaguardar as “invariantes estruturais” ou a matriz formal de um lugar, activando normas, projectos, medidas de tutela e de valorização, deverá reconhecer nele os “caracteres identitários” que constituem o carácter singular e insubstituível de um lugar, não se contentando com simples critérios de sustentabilidade ambiental. [...] Por outro lado, o tempo da paisagem não é aquele que a aceleração técnica impõe a todas as culturas e lugares do mundo, arruinando-os: é uma temporalidade de longa duração (a do território como sistema vivo natural, cujo correcto reconhecimento consente duração também ao humano que se harmoniza com ele. (BONESIO, 2011, p.457-8)

Figura 64: Implantação da cidade de Pereira Barreto/SP, antes do represamento Jul/1989



Fonte: Desenho desenvolvido pela autora à partir de dados da pesquisa, 2019

Figura 65: Implantação da cidade de Pereira Barreto/SP, após represamento, jul 1994



Fonte: Desenho desenvolvido pela autora à partir de dados da pesquisa, 2019

As imagens a seguir, apresentam a história apagada. A Casa Murai, uma das importantes edificações ligada à história e memória dos antigos moradores, desapareceu após a inundação.(Figura 66)

Figura 66 – Casa Murai, desaparecida após a inundação



Fonte: Museu da Imigração Japonesa em Pereira Barreto, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi realizada, uma análise da região onde se encontra o município de Pereira Barreto, com o foco no estudo das transformações sofridas pela paisagem, tendo como recorte temporal a primeira metade do séc. XX, quando o Estado de São Paulo, iniciava um processo de expansão para o oeste. Desbravadores, fazendeiros cafeicultores, imigrantes e a CGG , Companhia Geográfica e Geológica, iniciam esta expansão. A CGG, com intuito de formalizar os registros, parte em 1905 com uma grande equipe que seria responsável por mapear os acessos tanto por via terrestre como por fluvial, além de reconhecer a fauna e a flora locais, fazer um levantamento meteorológico e cartográfico do percurso, com o propósito de auxiliar futuras expedições. . Esses desbravadores e posteriormente os colonizadores, sofreram todo tipo de provações, porém, insistiram e prosseguiram para a concretização do domínio de uma terra inóspita. Novas transformações ocorreram na segunda metade do século XX na cidade de Pereira Barreto, tanto na paisagem natural, quanto da artificial (fabricada), e essas alterações foram analisadas e interpretadas de acordo com as 5 portas da paisagem de Besse (2014)

Os impactos a médio e longo prazo eram evidentes, porém, as propostas mitigadoras desses impactos foram implantadas minimamente.

Foi constatada a ausência de conhecimento por parte da população de Pereira Barreto/SP, pois a participação pública no processo de tomada de decisões, apresenta-se inexistente.

As autoridades públicas locais, responsáveis pelo atendimento às necessidades sociais da população, não assumiram a responsabilidade, para que a população fosse devidamente instruída pois havia falta de conhecimento sobre os problemas que viriam após o represamento das águas do rio Tietê, e a consequente formação do reservatório da Usina.

A pesquisa verificou inúmeros impactos negativos, como as perdas de áreas agricultáveis, áreas urbanas, além de pontos históricos e culturais existentes em Pereira Barreto/SP, e esses impactos não foram compensados de forma satisfatória. Os danos sentidos pela população atingida pela inundação, não foram considerados em um planejamento de médio a longo prazos, dessa forma,

não houve um equilíbrio entre as áreas sociais e econômicas. Grande parte da população emigrou para outras regiões, onde teriam a possibilidade de continuar as atividades anteriormente realizadas (informação justificada pelos censos do IBGE).

A cidade passou a ser uma Estância Turística e atualmente tanto o turismo para esportes náuticos quanto a navegação no rio Tietê ainda são inexpressivos.

A cidade não cresceu, o turismo não se desenvolveu e o poder público continua atendendo somente os setores indispensáveis para a população.

Essa pesquisa propõe um resgate da memória da antiga cidade de Pereira Barreto, apresentando uma localização cartográfica de pontos importantes, que hoje se encontram submersos pelas águas represadas do rio Tietê e teve o intuito de auxiliar outros pesquisadores na busca pelo entendimento da relação entre homem e natureza, além da própria paisagem, concordando com Abreu (1998, p.86-7) que é através da

[...] recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano da cidade (muitas das quais fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para sua identidade. (ABREU, 1998, p.86-87)

Dessa forma, citando Leff, (2001) acredita-se que apreender a complexidade ambiental não constitui um problema somente de aprendizagens do meio, e sim de um problema de compreensão do conhecimento sobre o meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M.A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras** – Geografia I, v. XIV, Porto, 1998, p.77-97.

AHERN, Jack. **Urban Landscape sustainability and resilience**. Landscape Ecology, 2012/DOI 10.1007/s10980-012-9799-z

BARTALINI, V. Natureza, paisagem e cidade. **Pós**, v. 20, nº 33, 2013.

BARTALINI, V. Paisagens Surgentes. **Tese de Livre Docência**. USP-São Paulo, 2018, resumo.

BESSE, J. M. **O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

BONESIO, L. Elogio da conservação. In: SERRÃO, A.V. **Filosofia da Paisagem**. Lisboa: CFUL, 2011. p. 443-473.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARMO, R.L. **O caso da UGRHI Pontal do Paranapanema**. In: A água é o limite?. São Paulo, 2002. p. 152. Disponível em <http://www.google.com/usinaseimpactos.htm>. Acesso em 22 Jun 2019.

COLITO, M.C.E. A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço: comunidades rurais ameaçadas pela U.H. Jataizinho – Rio Tibagi/PR. In: VI CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 1999. Viçosa. **Anais: Viçosa**, 1999.

CORREA, D. S.; ALVIM, Z. M. S. **A água no olhar da história**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999.

CORAJOURD, M. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: VERÍSSIMO, A.V. (org.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p.215-225.

EGLER, P.C.G. **Perspectiva de uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica**. In: Parcerias Estratégicas, nº 11. Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Jun. 2002.

EHRlich, P. R.; KAREIVA, P. M., DAILY, G. C. Securing natural capital and expending equity to rescale civilization. **Nature**, 486, 2012, pp.68-73.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Mergulhadores descobrem ponte submersa**. Edição Cidades, 01/09/1999.

FIGUEIREDO, M.C.B. (org.) **Análise da vulnerabilidade ambiental**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2010.

FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, 16, 2016, pp. 253 – 267.

GONÇALVES, J.C. Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. São Carlos: EESC/USP, 2009.

HOLLING, C. S. Resiliência e estabilidade do sistema ecológico. **Revisão Anual de ecologia e sistemática**, v. 4, 1973, p. 2–23.

IBGE. **Censo demográfico 1980**. Rio de Janeiro: Editora Fundação IBGE, 1982. 542 p.

_____. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro: Editora Fundação IBGE, 1991. 576 p.

_____. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Editora Fundação IBGE, 2000. 534 p.

IGI, Jitsunobu. **Pereira Barreto: A cidade que vi nascer**. Pereira Barreto: [S.n.]. 1978

JONG, G.M. **As grandes obras hidrelétricas**: contribuição para análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, M.A.A. (org). **O novo mapa do mundo**. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, 174-181.

KAYAMA, E. **A Canção da Alma Desbravadora**: Comemoração da Fazenda Tietê. [S. l.] : [S.n.], 1995.

LEFF, E.. **Saber Ambiental**. Petrópolis, Vozes, 343 p., 2001.

LIMA, A.L. **Impactos ambientais associados à usina hidrelétrica de Três Irmãos**: o fenômeno de ação e reação. Dissertação (mestrado em Engenharia Civil). Campinas: UNICAMP, 2003

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

OHTAKE, R. (ed.). **O Livro do Rio Tietê**. São Paulo: Estúdio RO, 1991.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PISANI, M. A. J.; LIMA, F. M.A. **Workshop Arquitetura em Climas Tropicais**. 2017. UNIP- Campus Araçatuba

PEREIRA BARRETO. Lei Complementar n.28/06. **Plano Diretor** de Pereira Barreto, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO. **Histórico de Pereira Barreto**. In: Revista Pereira Barreto – Compromisso com o sucesso. Ed. Especial 1991, volume 1, 1991, p. 07.

ROMERO, J.F.L. **Licenciamento ambiental das usinas termoelétricas no estado de São Paulo**. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia (pós-graduação em Energia), 2002. 08 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SABBAG, O.J. **Impactos da construção da UHE “Três Irmãos” sobre a atividade de mineração: importância de uma gestão ambiental** /Omar Jorge Sabbag. – Presidente Prudente: [s.n.], 2006 136 f.: il.

SANTOS, R. F. (org.) **Vulnerabilidade Ambiental desastres naturais ou fenômenos induzidos**. Brasília: MMA, 2007

SANTORO, P.F. Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas. Tese (Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2012.

SERRÃO, A. V. Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual. **Revista Enraonar** Quaderns de Filosofia, Lisboa, n. 53, 2014, p. 15-28.

TEIXEIRA, G.T. et al. **Análise dos relatórios de impactos ambientais de grandes obras hidrelétricas no Brasil**. In: Ab´Saber, A.N. Previsão de impactos. São Paulo: EDUSP, 1998. 569 p.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN,1977

WALKER, B., SALT, D. **Resilience Thinking: sustaining ecosystems and**

people in a changing world. Washington DC.: Island Press, 2006

Sites pesquisados:

PEREIRA BARRETO. Câmara Municipal de Pereira Barreto. História de Pereira Barreto. Disponível em <http://camarapereirabarreto.sp.gov.br/Municipio/>

MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS. Histórico da cidade de Pereira Barreto
Disponível para consulta em: www.memorialdosmunicipios.com.br

OBS: Os planos diretor e de turismo, da cidade de Pereira Barreto, seguem o código de obras do estado de São Paulo.

Já o plano ambiental, segue as recomendações da CESP, atualmente FURNAS.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/____. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ GÊNERO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____ . Eu,

_____, declaro,
para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **título do projeto**. Descrição sumária do trabalho (+ou- três linhas). descrever riscos previsíveis ou dizer que não há riscos previsíveis. O projeto de pesquisa será conduzido por **nome do pesquisador**, do Programa de Pós-Graduação em nome do curso, orientado pelo Prof(a). Selecione **nome do professor**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/UNESP/Bauru. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Monografia, Dissertação, Tese, Projeto, Relatório de Atividades Docente, etc observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Bauru, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura: _____

Pesquisador Responsável/RG: xx.xxx.xxx-x

Prof. (a) Selecione Nome

Endereço: Av./Al./Rua./numero/complemento

Tel: (ddd) telefone

E-mail:

Assinatura: _____

Pesquisador Participante/RG: xx.xxx.xxx-x

Nome: Selecione Nome

Endereço: Av./Al./Rua./numero/complemento

Tel: (ddd) telefone

E-mail:

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO:

1. Sr. (a) reside em Pereira Barreto desde que ano?
2. Como a população foi informada de que a configuração territorial da cidade sofreria alterações?
3. Quando a população foi informada das intenções da CESP em desapropriar terras para a formação da represa que abasteceria a usina três irmãos?
4. O poder público influenciou a população? (Prefeito)
5. A prefeitura apoiou a população no aspecto jurídico?
6. A população recebeu orientações de como proceder a evacuação, para evitar acidentes, na época da inundação?
7. Sr(a) conheceu a ponte Novo Oriente? Qual o significado da ponte para a cidade?
8. Além da ponte, outros locais foram submersos com a inundação?
9. Com a inundação houve uma série de transformações na maneira de viver na cidade. Com relação as alterações da paisagem, quais foram suas impressões?
10. Qual sua relação com o rio Tietê? Ela foi alterada após a inundação?

Desde já agradeço sua participação.

Ariadine F.C.Bruno

Arquiteta e Urbanista– Prof^a Esp^a curso de Arq e Urb-
UNISALESIANO Araçatuba

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arq e Urb –
UNESP/Bauru

02/03/19